

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DINÂMICA ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO PARANÁ CONTEMPORÂNEO^{1,2}

Dalton Aureo Moro³

RESUMO. Análise da dinâmica espacial da população do Estado do Paraná, durante as décadas de 70 e 80, a nível de suas mesorregiões geográficas, no contexto do processo de desenvolvimento recente da economia estadual.

Palavras-chave: mobilidade espacial, êxodo rural, mesorregiões geográficas, modernização agrícola, substituição de culturas.

ABSTRACT. Analysis of the Paraná State population spatial dynamics, during the seventies and eighties, in the scale of geographies mesoregions, in the context of recent development process of the intrastate economy.

Key words: spacial mobility, rural exodus, geographies mesoregions, agricultural modernization, cultivation substitution.

1. INTRODUÇÃO

No quadro da história geoeconômica recente do Brasil, o Estado do Paraná, entre as décadas de 30 e 60, do século XX, notabilizou-se por constituir-se em um expressivo foco de atração populacional. Segundo PADIS, 183, mais precisamente, é, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 30 até fins da de 60 que a população paranaense passou por um notável crescimento populacional. A população do Paraná, com efeito, entre 1920 e 1960, multiplicou-se 6,2 vezes, enquanto a do Brasil apenas 2,3 vezes (I.B.G.E., 146 e 147).

Nessa realidade, entre 1940 e 1970, as taxas médias geométricas de crescimento anual da população paranaense situaram-se como as mais elevadas do país.

A partir da década de 70, no entanto, esta situação começa a modificar-se profundamente, muito embora, em fins dos anos sessentas, já apresentasse ligeiros sinais de mudança.

A década de 70 assinala sensíveis transformações no perfil geoeconômico do Estado: a modernização da agricultura, notadamente na região Norte do Estado com a substituição, em larga escala, da cafeicultura por pastagens e pelo sistema agrícola de rotação de culturas soja-trigo; o desenvolvimento e consolidação do setor agroindustrial; a implantação do distrito industrial de Curitiba, contribuíram para isso.

Diante desses fatores, o Estado do Paraná, até então um forte foco de atração populacional, de território típico de imigração passa para um de emigração. No decênio de

¹ Subprojeto do projeto integrado de pesquisa - Paraná Urbano: Raízes, Processos e Problemas, coordenado pela Prof^a Dr^a Yoshiya Nakagawara Ferreira, do Dept^o de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, CNPq nº 501.118/92.

² Uma notícia prévia sobre este estudo foi apresentada na forma de comunicação, durante o XIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Diamantina, MG, em dezembro de 1996, sob o título "A Nova Configuração Espacial da População Paranaense". Outra, na forma de artigo "A Mobilidade Espacial da População Paranaense nas Décadas de 70 e 80", publicado na Rev. Sociedade e Natureza, v. 9, n. 17, 1997, Uberlândia, Univ. Fed. de Uberlândia, DGE/EDUFU, p. 81-130, em co-autoria com DIAS, R.P.

³ Docente do Dept^o de Geografia da Universidade Estadual de Maringá e professor convidado do curso de pós-graduação em Geografia, da UNESP de Presidente Prudente.

70, sua população apresentou a menor taxa média geométrica anual de crescimento - 0,96%, dentre as unidades da federação (ALEGRE e MORO, 50).

A década de 80 não apresenta grandes novidades no desenvolvimento da população paranaense, a não ser na sua espacialização. Pela segunda vez consecutiva, a população do Estado acusou a menor taxa geométrica de crescimento anual, novamente inferior a 1%, isto é 0,9% (I.B.G.E., 19).

Dessa forma, os resultados do Censo Demográfico de 1991, para a década de 80, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam para uma continuidade das tendências da década anterior, agora ligeiramente arrefecidas. O êxodo rural continua concorrendo para a diminuição do efetivo da população rural nas tradicionais regiões agrícolas do Estado.

No contexto das mudanças estruturais que se verificaram no processo do desenvolvimento da economia do Estado, em especial no setor primário com a modernização da sua agricultura, a dinâmica da mobilidade espacial da população paranaense, durante as décadas de 70 e 80, foi de tal magnitude, sobretudo no que tange a situação rural-urbana da população, que culminou por afetar, não só a sua distribuição espacial, conferindo-lhe um novo desenho, mas também notadamente seu crescimento, acabando por reduzir a sua participação relativa na composição da população brasileira. Parte razoável do contingente populacional que deixou o campo migrou para outras unidades territoriais do país.

Sendo assim, como o eixo do novo quadro espacial da população paranaense assenta-se na dinâmica da mobilidade espacial campo-cidade, é no contexto da política econômica e social do governo, sobretudo para o setor agrícola e, simultaneamente, nas especificidades dos quadros regionais que devem ser buscados e analisados os fatos que concorreram a sua nova realidade espacial, na escala das mesorregiões geográficas (FIGURA 1)⁴. Para este objetivo, a análise comparativa, entre os quadros espaciais da população à época dos últimos recenseamentos, foi fundamental à compreensão da espacialização recente da população paranaense.

2. A OCUPAÇÃO DO PARANÁ MODERNO

O desenvolvimento da sociedade paranaense, da mesma forma que a brasileira, está fundamentalmente associado às atividades econômicas vinculadas ao setor primário, localizadas no meio rural.

Assim, ao longo da história geoeconômica do Paraná, os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e madeira, do café concorreram, sobremaneira, para que o grosso do contingente demográfico paranaense habitasse a zona rural, ocupando-se, principalmente, de atividades agrárias, pelo menos até meados da década de setenta.

Portanto, historicamente, a sociedade paranaense, assim como a brasileira, como observa HOLANDA, 115, têm suas raízes na formação colonial e agrária.

O Estado do Paraná, porém, face suas especificidades históricas e geográficas, genericamente, tem o início de sua ocupação moderna a partir da década de 30 do século XX, associada ao surto da economia cafeeira.

"O surto cafeeiro do Norte do Paraná foi fruto da valorização progressiva do café na década de 1930, que se prolongou até o após guerra". (VALVERDE, 181)

Até então, o povoamento do território do Estado, embora rarefeito, limitava-se à zona litorânea, às zonas campestres do Primeiro, Segundo e Terceiros Planaltos, às zonas

⁴ Neste estudo, à macrorregião geográfica do Norte do Paraná agrupamos a mesorregião geográfica do Centro Ocidental Paranaense, devido sua identificação geoeconômica.

[illegible]

2.1. O Norte do Paraná

No entanto, não se pode deixar de lado as tentativas anteriores da ocupação, sobretudo aquelas de iniciativa privada já acionadas na década anterior, e mesmo no século passado.

O povoamento, nessa região, ao final do século passado, como destacam esses autores, limitou-se às manchas de "terra roxa" entre os cursos dos rios Itararé e Cinzas e a

escarpa da Serra Geral, a qual desacelerou o ímpeto do povoamento, que aí, via de regra, estacionou até a década de 20 do século atual.

Inicialmente a grande maioria dos povoadores procedia de Minas Gerais, secundados por cafeicultores paulistas, além de outros em menor escala que também contribuíram ao povoamento. O mapa apresentado por WACHOWICZ, 171, permite uma análise espacial da localização das cidades mineiras e paulistas que contribuíram, sobremaneira, com povoadores à região do Segundo Planalto no Norte Pioneiro Paranaense.

A motivação econômica principal alicerçava-se na cafeicultura, nos moldes da grande fazenda paulista, sendo o sistema de "posse" a forma de acesso à futura propriedade da terra.

Não só a situação do mercado cafeeiro nas últimas décadas do século passado, mas também, a presença das manchas de "terra roxa", as consequências políticas do movimento liberal de 1842 em São Paulo e Minas Gerais (WACHOWICZ, 80-81), a existência de "terras devolutas", a decadência de produtividade de certas áreas cafeicultoras mineiras, paulistas e fluminenses, as possibilidades de guerra com o Paraguai alinham-se entre as causas de primeira ordem que contribuíram para o povoamento da região.

"O que os arrancou de seus queridos pagos, numa época sem crise alguma da natureza, foi o medo da famigerada Guerra do Paraguai que se antevia e da qual aqui falavam de pais para filhos e netos, com receio. Eram famílias numerosas, com filharadas por casais, muitos deles em idade de recrutamento para 'servirem de bucha de canhão'. Assustados, resolveram a grande arrancada para os sertões. (...) Saíram às carreiras, carregando os filhos solteiros na idade militar. Só isso explica a disparada, pois eram famílias "afirmadas" como se dizia". (SOUZA, 22)

Todavia, vencida a escarpa, o povoamento, lentamente, avançou para o Oeste. Assim, BERNARDES, 74, destaca com os primeiros habitantes de Jacarezinho (1900) e Cambará (1904) o início efetivo do povoamento do Terceiro Planalto no Norte do Estado. Este se processou no mesmo modelo do seu precursor, fundamentado na grande fazenda de café paulista, paralelo ao rio Paranapanema, seccionando o curso inferior dos seus afluentes, sobre um relevo mais suave que da zona anterior, espalhando-se pelo manto contínuo de "terra roxa".

Cambará, no Paraná e Ourinhos, em São Paulo, foram "as cabeças de ponte" para a conquista e povoamento da região.

A cultura do café e posteriormente a do algodão representaram as principais atividades econômicas impulsionadoras do povoamento. Acerca desses aspectos, observa BERNARDES, 26, que:

"(...) as derrubadas em 1921 atingiam Bandeirantes, e em 1924 Cornélio Procopio, povoando-se sempre a região com nacionais e também estrangeiros, em geral colonos das fazendas de café. Corresponde esta penetração a um período de grande expansão da cultura cafeeira, iniciado no vizinho Estado de São Paulo que originou um povoamento completamente diverso do que se verificou no resto do Estado. De fato, não se deu aí a criação de núcleos isolados independentes uns dos outros e sim uma expansão contínua do povoamento ao longo de um eixo que atravessa os baixos cursos dos afluentes do Paranapanema e os espigões, não muito elevados que os separam, próprios para a lavoura cafeeira. Como nas zonas pioneiras paulistas, apesar da grande procura de terras, vastas áreas eram deixadas em mata, à espera de uma valorização maior e o avanço da faixa pioneira se processava sem que a sua retaguarda estivesse totalmente ocupada".

No entanto, apesar de toda a volúpia econômica da época pela ocupação das férteis "terras roxas" da região pela cafeicultura, a dinâmica do povoamento não apresentou a mesma velocidade que revelou futuramente na ocupação das terras a Oeste

do rio Tibagi, no Norte Central e Noroeste Paranaenses. Dessa forma, Cambará em 1923, ainda era considerada "boca de sertão" (BERNARDES, 75 e MÜLLER, 75), não obstante a existência de núcleos de povoamento, mais ocidentais, adentro da mata virgem.

Seguramente, é nas condições do mercado cafeeiro que devem ser procuradas as causas que regem a dinâmica do avanço da "colonização cafeeira". Nesse aspecto, não se pode deixar de correlacionar o comportamento do mercado cafeeiro com os avanços da onda verde. Após a fase de prosperidade conhecida ao final do século passado, seguida das crises de 1900-1905, o mercado cafeeiro só retomaria sua prosperidade a partir de 1918, estendendo-se progressivamente até 1930 (MONBEIG, 114-115).

No curso desses acontecimentos, a frente provoadora que marchava para o Oeste no Estado de São Paulo, paralela ao rio Paranapanema, em 1923, salta o rio e dá início a colonização das terras ao oeste do rio Tibagi, nos moldes da colonização dirigida (MÜLLER, 75), iniciando a atuação das companhias colonizadoras no povoamento do Norte do Paraná, em especial do Norte Central e Noroeste Paranaenses, também conhecidas por Norte Novo e Norte Novíssimo, quando da regionalização do Brasil em microrregiões homogêneas, em 1968, pelo I.B.G.E.

"Tratava-se inicialmente, de duas glebas de 50.000 hectares, cedidas pelo governo paranaense a particulares: a mais setentrional, denominada Primeiro de Maio, ia do Paranapanema ao ribeirão Biguá, afluente do Tibagi; a mais meridional, chamada Sertanópolis, ia deste ribeirão até a divisa de águas dos rios Cágados e Abóboras, também afluentes do Tibagi, aproximadamente a 15 km ao N de Jataizinho. A ocupação começou pela colônia Primeiro de Maio, em 1923, transpondo os povoadores o Paranapanema por meio de balsas aí construídas pelos concessionários das terras "Corain e Cia". No ano seguinte, o concessionário de Sertanópolis, Leopoldo Paula Vieira, começou o povoamento de suas terras para isso aproveitando as balsas e vias de comunicação da colônia vizinha. (...) Mais para o Oeste, à margem do Paranapanema, houve posteriormente uma terceira concessão, feita a Manoel Firmino de Almeida, que organizou o loteamento da Colônia Zacarias de Góes, de progresso mais lento que as duas anteriores". (MÜLLER, 75).

Outras concessões foram feitas, porém não alcançaram o mesmo progresso (PADIS, 90 e BERNARDES, 31).

Estas colônias funcionaram como um pólo para atrair a frente povoadora que estava estacionada nas cercanias de Bandeirantes e Cornélio Procopio.

Nesta fase da ocupação, diferentemente do que ocorreu no Norte Pioneiro, onde a tradicional fazenda cafeeira paulista era o modelo de estabelecimento rural, com os cafezais na meia encosta e espigão, as colônias alinhadas linearmente aos fundos de vale na baixa encosta⁵, próximas às demais benfeitorias e culturas de subsistência, seguidas pelas pastagens no fundo dos vales, os loteamentos estendiam-se dos cursos d'água aos espigões, com propriedades de tamanho variável. Chácaras ao redor dos núcleos urbanos, seguidas dos sítios e, nos espigões, pequenas fazendas.

Assim, enquanto na região do Cinzas no Norte Pioneiro a grande propriedade e o povoador de origem mineira foram uma constante, nas "terras roxas" do Terceiro Planalto a leste do Tibagi, os povoadores paulistas com sua tradicional fazenda cafeeira foram a marca característica. No Norte Central e a seguir no Noroeste Paranaense, as companhias imobiliárias colonizadoras traçaram um novo aspecto com a colonização dirigida, a pequena propriedade, o intenso processo de desenvolvimento da cafeicultura, como até então não se tinha visto, o cosmopolitismo de seus povoadores, definindo as especificidades da paisagem regional.

⁵ Atualmente - agosto de 1997 -, quem percorre a rodovia BR-369, no Norte Pioneiro entre Jataizinho e Cambará, tem a oportunidade de avistar, entre os limites da média e baixa encosta, algumas colônias remanescentes das antigas fazendas de café.

Justamente, foram as diferentes combinações engendradas ao longo do processo de povoamento, entre os mais diversos fatos, sobretudo de natureza histórica, geográfica e econômica, capazes de construir paisagens diferenciadas, que forneceram a matéria-prima à identificação, posterior, pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, 130, e I.B.G.E. (1968), de três paisagens regionais: Norte Velho ou Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo. Estas, na atualidade, definidas pelos territórios das mesorregiões geográficas do Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste Paranaenses (Figura 1).

Genericamente, o movimento dos acontecimentos permite assinalar o limiar da década de 30 do século XX como o ponto de partida para a ocupação do Norte do Paraná em bases empresariais modernas, apoiadas na colonização dirigida, promovida, sobretudo, por empresas colonizadoras privadas, secundadas pela iniciativa oficial. Em curto espaço de tempo, as lavouras de café tomaram conta da paisagem do Norte Central e a seguir do Noroeste Paranaense.

Muito embora as ações concretas à ocupação da região se concretizassem a partir dessa década, as primeiras providências foram tomadas na década anterior.

Assim ocorreu com os dois empreendimentos colonizadores que destacaram-se no processo de ocupação das terras norte-paranaenses.

O de menor porte, com as negociações encetadas já por volta da segunda metade da década de vinte, foi levada adiante por duas companhias colonizadoras formadas por capitais japoneses: a YUGEN SEKININ BURAZIRU TAKUSYOKU KUMIAI - Sociedade colonizadora do Brasil, conhecida por BRATAC e a NAMBEI TOCHI KABUSHIKI KAIASHA - Cia. Produtora Nipo-Brasileira (CODATO, 66-80).

Essas companhias compraram parte das terras da família Barbosa Ferraz, à retaguarda da frente pioneira, ainda não ocupadas, nas proximidades de Cornéio Procopio, que resultaram, respectivamente, na formação das cidades de Assaí e Uraí (PADIS, 90 e CODATO, 68)⁶. WACHOWICZ, 156, marca o início efetivo da colonização em Assaí para 1931 e em Uraí 1936.

O apoio logístico foi fundamental ao sucesso do empreendimento. De acordo com BERNARDES, 27:

“À semelhança das colônias japonesas de São Paulo, a vinda de imigrantes foi cuidadosamente preparada e o colono, assistido pelo agrônomo e pelo médico e amparado pela administração da colônia, logo pode dedicar-se à lavoura”.

Da mesma forma, como nas iniciativas anteriores de colonização nas colônias de Primeiro de Maio, Sertãoópolis e Zacarias Góes, o loteamento espelhou-se na pequena propriedade. Todavia, a prioridade econômica foi dada à cultura do algodão, secundada por uma policultura expressiva. Certamente essa opção deve-se, sobretudo, à crise pós 1929 que afetou sobremaneira o mercado cafeeiro.

Diante disso, não sem razão, muitos dos antigos fazendeiros paulistas da região fracionaram seus grandes estabelecimentos em pequenas e médias propriedades onde a cotonicultura e a policultura seriam uma constante na paisagem. O plantador de algodão é um sitiante e concorre para assegurar a mão-de-obra na zona rural, na época importante à cafeicultura (MONBEIG, 280-281).

Desse modo, até os dias atuais, a paisagem rural, do Norte Pioneiro, na área do Terceiro Planalto, define-se pela presença da pequena e média propriedade, bem como da policultura comercial (Figura 2).

Face a produção agrícola da época, muitas empresas do segmento agroindustrial se estabeleceram na região em busca da matéria-prima, Cia. Reunidas Matarazzo, Anderson Clayton, Sanbra, dentre outras, estimulando o mercado do produtor rural.

⁶ Acerca do projeto colonizador constituído por capitais japoneses, recomenda-se o estudo de CODATO, E. Colonização agrícola. A Colônia Três Barras - 1932-1970. Dissertação de Mestrado apresentada ao Deptº de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1981, 251p.

O outro empreendimento, de dimensões bem maiores que o anterior, foi realizado pela Cia. de Terras Norte do Paraná - constituída por capitais ingleses, nas terras ocidentais ao rio Tibagi, envolvendo, praticamente quase a totalidade do território do Norte Novo. Inicialmente, até 1928, foram adquiridos 515.017 alqueires, em área contínua, dos quais, 450.000 diretamente do governo estadual (C.M.N.P., 59), que segundo PADIS, 91, representa a décima sexta parte da área total do Estado, onde localiza-se seu melhor solo. Regionalmente, essa área abrange cerca de um quarto da área total da região Norte do Paraná. Posteriormente, em 1944, mais 29.000 alqueires foram adquiridos no território do Norte Novíssimo, na zona de Cianorte e Umuarama (PADIS, 91)

Concretamente, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sucessora da Companhia de Terras Norte do Paraná, a partir de 1945,

"(...) colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueiras (sic) de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados". (C.M.N.P., 133)

Evolução das Principais Formas de Uso do Solo no Norte Velho do Paraná, entre 1970 e 1985

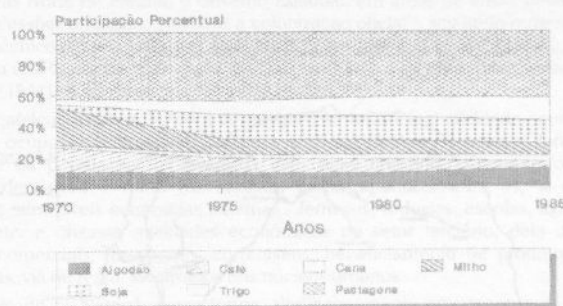


FIGURA 2 FONTE: MORO 24 ORGANIZADOR: MORO, D. A.

Como o anterior, este gigantesco empreendimento teve sua gestação na década de 20, já por volta de 1924. Após uma série de marchas e contra-marchas quanto seus objetivos (WACHOWICZ, 142-148 e C.M.N.P., 54-61) e a aquisição da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (1928), o projeto entra em execução com a fundação de Londrina em 1929, como sede regional da Cia. de Terras Norte do Paraná.

"Adquirida a ferrovia, deu-se o sinal de partida para o reconhecimento e a repartição de todo o acervo de terras fertilíssimas pertencentes à Companhia de Terras Norte do Paraná, que a partir de então começariam a se integrar à economia agropastoril do Paraná e do Brasil". (C.M.N.P., 61)

A partir daí, os acontecimentos sucederam-se com incrível rapidez, de tal forma, que bastaram apenas três décadas para se completar a colonização do norte-paranaense, integrando-o economicamente à economia brasileira.

O projeto imobiliário colonizador elaborado pela Cia. de Terras Norte do Paraná previa a organização espacial entre os núcleos urbanos, previamente hierarquizados, através de rodovias mestras traçadas ao longo do divisor de águas principal e rodovias captoras - vicinais - que percorriam os espigões secundários. Este sistema viário articulava-se com o existente no Estado de São Paulo, por meio do já existente no Norte Velho. Rodovia e ferrovia, dispostas paralelamente, sobre o espigão principal da região, projetavam-se linearmente, a partir de Cambará, interligando os núcleos urbanos que rapidamente surgiam, revelando a polarização econômica da região pela economia paulista, até pelo menos o final da década de 60, como apresenta a Figura 3.

Não obstante a crise econômica eclodida em 1929, continuada pelos primeiros anos da década de trinta, os serviços técnicos e a seguir a venda dos primeiros lotes logo aconteceram.

Para isso, diversos fatores concorreram, gerando uma conjuntura que favoreceu o progresso do empreendimento imobiliário colonizador.

A nível político, o governo do Estado de São Paulo havia proibido a plantação de novos cafezais. No Estado do Paraná, essa proibição não existia, seu governo, sem recursos para promover a colonização das terras virgens de sua região Norte, encontra a solução na venda de terras à iniciativa privada, a custos simbólicos, estimulando o povoamento.

A nível geoeconômico, as novas e férteis "terras roxas" da região exerceram uma forte atração sobre os povoadores, em especial, àqueles provenientes das áreas de "terras cansadas" do vizinho Estado de São Paulo. Embora a crise do mercado cafeeiro, o vigor das novas terras não requeria maiores investimentos e as safras eram compensadoras.

SITUAÇÃO DA REDE VIÁRIA PERMANENTE DO PARANÁ EM 1970.

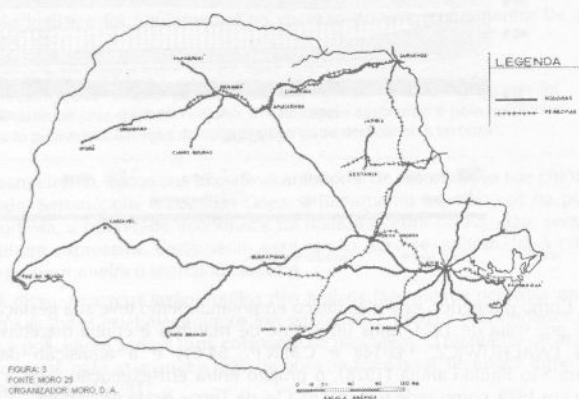


FIGURA 3
FONTE: MORAIS, 2005.
ORGANIZADOR: MORAIS, D. A.

A nível imobiliário, a estrutura fundiária, assentada na pequena e média propriedade, e a legitimidade e facilidades de pagamento dos lotes contribuíram para que inúmeros pequenos produtores, muitas vezes ex-colonos, assalariados ou parceiros em fazendas de café do Estado de São Paulo e mesmo do Norte Pioneiro, se tornassem proprietários, voltados sobremaneira à cafeicultura.

O modelo do estabelecimento rural não era mais o da antiga fazenda cafeeira paulista com o sistema de colonato. O pequeno sítio apoiado no trabalho familiar e na parceria rapidamente dominou a paisagem rural.

A nível de mercado, os preços do café, já a partir de meados da primeira metade dos anos trintas, entram em recuperação gradativa, sobremaneira após o final da Segunda Guerra, apesar de suas habituais oscilações, estendendo-se até meados da década de sessenta⁷, oportunidade em que o governo, diante da saturação do mercado, nele intervém, desencadeando uma política desestimulante à cafeicultura⁸.

O pequeno estabelecimento cafeicultor, fazendo o uso intensivo de mão-de-obra, face às peculiaridades do trato cultural (ARAUJO FILHO, 34-42) e do calendário agrícola da lavoura de café (MORO, 98) e, secundariamente, praticando outras atividades produtivas como a cotonicultura, culturas de subsistência, pastagens de fundo de vale, dentre outras, muito contribuiu para o povoamento rural da região com elevados índices de densidade demográfica, até meados da década de 70.

A Cia. de Terras Norte do Paraná, de posse da concessão para prosseguir com a construção da ferrovia, rapidamente estendeu os trilhos para o ocidente em direção a suas terras, de tal forma que, em 1932 alcançaram Jataizinho, 1935 Londrina, 1943 Apucarana. Posteriormente, num outro capítulo da colonização, sob nova administração, fundou Maringá (1947), adquiriu nova gleba de terras (30.000 alqueires) e iniciou a colonização em terras do Noroeste Paranaense.

Em 1944, a ferrovia é vendida ao Governo Federal e a Companhia colonizadora é adquirida por um grupo de empresários brasileiros, mudando sua razão social para Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. Esta dá continuidade aos planos da sua antecessora prosseguindo com o projeto⁹, promovendo, em seguida, a colonização das zonas de Cianorte e Umuarama, no Noroeste Paranaense.

Espelhado no sucesso alcançado no empreendimento colonizador dirigido pela Cia. de Terras Norte do Paraná, o Governo Estadual, em áreas de terras devolutas ou de antigas concessões anuladas, promove a colonização oficial¹⁰, seguindo o mesmo modelo do projeto técnico dessa, como nas colônias de Içara (1941), Jaguapitã (1943), Interventor (1950), Pagu (1950). Na de Paranaíba (1942) os lotes foram de dimensões variadas e na de Centenário (1944) na dimensão de fazendas (PADIS, 94).

A cafeicultura, sem sombra de dúvidas, foi a principal atividade econômica que fomentou a ocupação humana e econômica do Norte Central e Noroeste Paranaenses. A maior parte da população foi absorvida pelo setor primário, concorrendo à elevada densidade demográfica rural. No entanto, como aponta PADIS, 81, a cafeicultura proporciona admiráveis economias externas - ferrovias, rodovias, escolas, agroindústrias, armazéns etc. e diversas atividades econômicas no setor terciário, dela decorrentes: bancárias, comerciais, transportes, corretagens, beneficiamento de produtos agrícolas, dentre outras, via de regra, localizados nos núcleos urbanos.

O Norte do Paraná, dessa forma, simultaneamente ao povoamento do campo, conheceu um intenso processo de urbanização. No campo, como nas cidades o povoamento se fez às custas de inúmeros imigrantes, das mais diversas origens, nacionais e estrangeiras, com destaque aos paulistas, mineiros, nordestinos, dentre outros, que aportavam à região atraídos pelo progresso econômico.

⁷ Acerca do desenvolvimento da cafeicultura paranaense até 1970, recomenda-se o estudo de CANCIAN, N.A. - *Cafeicultura Paranaense (1900-1970): Estudo de Conjunturas*. Tese de doutoramento apresentada ao Deptº de História da USP, São Paulo, 1977, 497p.

⁸ Acerca dos fatores que criaram uma conjuntura desfavorável à cafeicultura regional recomenda-se o estudo de MORO, D.A., *Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Rio Claro, 1992, 353.

⁹ Acerca do projeto técnico fundiário de colonização e sua organização espacial viária, remete-se a obra da C.M.N.P. - *Colonização e Desenvolvimento no Norte do Paraná, Maringá*, 1975, 295p.

¹⁰ Acerca das políticas agrárias do Estado remete-se ao estudo de CODATO, E. - *Política Agrária e Organização do Rural*, como este, subprojeto do projeto integrado - *Paraná Urbano: Processos e Problemas* -, coordenado por FERREIRA, Y. N., CNPq, nº 501.118/92, Deptº de Geociências, Universidade Estadual de Londrina.

O processo revelou-se de tal magnitude que, entre 1930 e 1970, notadamente na área de atuação da Cia. de Terras Norte do Paraná, o espaço regional norte-paranaense - 75.578 km², 37,5% do território estadual¹¹ - transforma-se, como diz PADIS, 83, "de densa mata, absolutamente despovoada" - em especial no que se refere às terras ao oeste do rio Tibagi, em uma das regiões de povoamento mais dinâmico do país, como atestam os dados da Tabela 1. Essa população distribuiu-se por mais de 160 municípios, onde pontuam, na densa rede urbana, algumas cidades de porte invejável como Londrina, Maringá, Apucarana, Cornélio Procopio, Cianorte, Umuarama, Paranavaí, Campo Mourão, dentre outras.

Em suma, como destaca SOUZA, 76, no Estado do Paraná, a política de colonização das companhias imobiliárias foi fundamental ao crescente processo de urbanização, notadamente na área colonizada pela Cia. de Terras Norte do Paraná, onde a estrutura fundiária e a urbanização foram objeto do rigoroso planejamento.

2.2. O Oeste do Paraná

Semelhante a constatação feita por MÜLLER, 55, de que o Norte do Paraná "é um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense", sem exagero, o mesmo pode-se dizer com relação a ocupação do Oeste paranaense pelos gaúchos. Assim, em certa medida, o Oeste paranaense é um capítulo da vida gaúcha em outro Estado.

TABELA 1. NORTE DO PARANÁ: ÁREA, POPULAÇÃO, PARTICIPAÇÃO RELATIVA SOBRE O TOTAL DO ESTADO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, ENTRE 1940 E 1991

ANO	ÁREA (Km ²)	POPULAÇÃO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
1940	71.637*	340.449	27,5%	4,6 h p/km ²
1950	71.637*	1.029.025	48,6%	14,4 h p/km ²
1960	71.637*	1.843.679	43,0%	25,7 h p/km ²
1970	75.575**	3.734.936	54,2%	49,4 h p/km ²
1980	75.575**	3.192.462	42,0%	42,2 h p/km ²
1991	75.575**	3.288.381	38,0%	43,5 h p/km ²

FONTE: PADIS, 94, 95 e IB.G.E.:

* Área segundo o conceito de PADIS;

** Área segundo o conceito deste estudo; ORGANIZADOR: MORO, D.A.

Com efeito, a grande maioria dos povoadores das terras do oeste-paranaense são provenientes das antigas zonas de colonização italo-germânicas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No que concerne a ocupação moderna das terras do oeste-paranaense, exclui-se as áreas de economia pastoril, objeto de povoamento, porém rarefeito, desde a década de 20 do século XIX, como é o caso dos campos de Guarapuava e Palmas. Assim, no século XX, restavam, efetivamente, para serem povoadas as terras das mesorregiões geográficas do Sudoeste e Oeste Paranaenses.

No processo de ocupação desses territórios do Oeste do Estado do Paraná, dois momentos distintos podem ser identificados.

O primeiro, que genericamente estende-se de 1820 até por volta de 1945, caracterizou-se por uma economia extrativista, depredatória e espoliadora, praticada por empresas estrangeiras na exploração da erva-mate e da madeira.

Segundo, WESTPHALEN, MACHADO e BALHANA, 4, essas companhias:

¹¹ A diferença em área entre o conceito de Norte do Paraná empregado por PADIS, 87 e o deste estudo, Figura 1, é de 3.938 km².

“(...) apenas se dedicavam à extração da erva e da madeira. Devastaram com suas “obrages”, a floresta, retirando-lhe as madeiras de lei que, pelo rio Paraná, eram exportadas para a Argentina, além de arrazarem os ervais, com a exportação do mate, também para a Argentina. Acresce o fato que, muitas vezes, tanto o mate, como a madeira, eram simplesmente contrabandeados”.

A presença dessas companhias exploradoras - Companhia Maderas del Alto Paraná, Companhia Matte Laranjeiras e outras - pouco contribuíram para o povoamento definitivo do território, mesmo porque não se integravam à economia nacional.

Em consequência da Revolução de 1930, muitas concessões de terras foram anuladas pelo governo, retomando-as, em razão da inoperância e pelo não cumprimento das cláusulas contratuais. Da mesma forma, em razão da Segunda Grande Guerra, por motivos de segurança nacional, o governo nacionalizou as concessões de terras a empresas estrangeiras nas zonas de fronteiras. Algumas empresas, procurando evitar prejuízos, venderam seus empreendimentos a empresários nacionais. No Paraná, as transferências de maior importância ocorreram com a Cia de Terras Norte do Paraná e com a Companhia Maderas del Alto Paraná (WESTPHALEN, MACHADO e BALHANA, 6).

No contexto desses acontecimentos, o fluxo de colonos procedentes das antigas zonas coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, continua ininterruptamente desde a década de 1920.

Essa corrente povoadora sulista, até cerca de 1946, limitou-se basicamente ao território da atual microrregião geográfica do Sudoeste Paranaense.

Ao contrário do que acontecia no Norte do Estado, onde os povoadores eram atraídos pela economia cafeeira, aqui no Sudoeste Paranaense a disponibilidade de terras devolutas, cobertas de matas, conjugada com a pressão da minifundialização em suas regiões de origem - zonas de colonização italo-germânicas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina -, com a ideologia da “marcha para o Oeste”, apregoada pelo “Estado Novo”, foram fatores de primeira ordem na ocupação da região.

Das tentativas oficiais de ocupação e colonização do território - colônias militares de Xopim (1882), Foz do Iguaçu (1888) e de povoamento Bom Retiro (1918) atualmente Pato Branco (BERNARDES, 9, 11) - somente esta última alcançou relativo progresso. As demais, face ao isolamento, só em meados do século atual começaram a progredir.

Através da posse direta de terras desocupadas, ou pela aquisição da posse anterior - junto à população cabocla - ou ainda pela compra de lotes coloniais de companhias imobiliárias colonizadoras, deu-se a ocupação pacífica da região (ABRAMOVAY, 32). Essas companhias, desde o planalto do Alto Uruguai Riograndense e do Oeste Catarinense, participavam da corrente povoadora sulista. Na verdade, alguns conflitos pela posse da terra ocorreram posteriormente¹², nas glebas Missões e Chopim, nos loteamentos das Cias. CITLA, Apucarana e Comercial (SERRA, 125).

O modelo fundiário de colonização foi a pequena propriedade colonial familiar de economia autárquica, assentada nas atividades produtivas de subsistência e num segundo momento na mercantilização dos excedentes produtivos¹³. Oportunidade em que o comerciante dono da “venda” desempenha papel semelhante ao do “maquinista de café” ou “cerealista” do Norte do Paraná. Somente a partir da década de 60, em razão da melhoria das comunicações é que a região articula-se economicamente com a economia estadual, por conseguinte à nacional. A cidade de Pato Branco, antiga colônia de Bom Retiro, fundada em 1918, desempenhou o papel de foco irradiador do processo de colonização do território. Durante a década de 40, com a transposição do rio Iguaçu, inicia-se a colonização moderna na mesorregião geográfica do Oeste Paranaense, identificando

¹² Acerca das questões pela propriedade da terra no Estado do Paraná, recomenda-se o estudo de SERRA, E. - Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Rio Claro, 1992, 361p.

¹³ Acerca da economia colonial no Sudoeste Paranaense recomenda-se o estudo de ABRAMOVAY, R. Transformações na Vida Camponesa - O Sudoeste Paranaense. Dissertação de mestrado apresentada ao Deptº de Ciências Sociais, da Universidade de São Paulo, 1981, 274p.

o segundo momento de ocupação do território, agora num processo mais dinâmico que o anterior.

Com efeito, segundo observou PADIS, 151, é a partir dos anos cinqüentas que a região passou a experimentar um rigoroso surto de transformação, culminando, em menos de 20 anos, com o aparecimento de quase 40 cidades. Segundo ele, em função de vários fluxos migratórios, com destaque especial para dois deles.

"O primeiro, nada mais que o resultante do movimento ocupacional do norte - as áreas onde o café foi sendo substituído por outras atividades de lavoura ou de pecuária (que ocupam menor quantidade de mão-de-obra) foram liberando contingentes populacionais que avançaram em direção sudoeste, levando consigo o hábito de plantar café.

(...) Porém, não é este, ainda o movimento populacional que responde, particularmente, pela ocupação rápida da região. Na verdade, o fluxo maior - amplamente maior - de pessoas que se dirigiram para o extremo oeste do Paraná encontrava seu ponto de partida no Estado do Rio Grande do Sul. Na região podem ser encontradas, com grande realce, as marcas características de extensas áreas do Estado gaúcho, quer nas feições de sua gente, quer nos hábitos e costumes e, especialmente, na atividade econômica.

Embora, desde a terceira década deste século, se pudessem encontrar gaúchos em terras do sudoeste paranaense, foi a partir de 1952, e especialmente depois de 1956, que esse movimento migratório se intensificou de forma surpreendente". (PADIS, 151, 152)

A segunda fase ou segundo momento de ocupação das terras do Oeste do Estado do Paraná - identificadas pela mesorregião geográfica do Oeste Paranaense (Figura 1) - definiu-se durante os decênios de 1940 a 1960, logo após a corrente povoado sulista ter transposto o rio Iguaçu.

Como no Norte Paranaense, nessa etapa do povoamento, as companhias imobiliárias colonizadoras tiveram um papel fundamental no processo. As companhias de terras, em sua maioria, constituídas no Rio Grande do Sul, adquiriam terras não ocupadas, sobretudo do governo estadual, planejaram e dirigiram a colonização, notadamente em pequenas e médias propriedades. No decurso de três décadas, o território das atuais microrregiões geográficas de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo foi praticamente povoado. Uma série de cidades de porte razoável logo pontuaram na região, dispostas linearmente aos eixos da corrente povoadora: Cascavel, Medianeira, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina, dentre outras.

Inicialmente, uma agricultura colonial familiar, de subsistência, logo mercantilizada na forma do modelo de complexo rural, concorreu ao progresso econômico da região. Durante a década de setenta a modernização agrícola gradativamente se faz presente, trazendo o modelo de desenvolvimento conduzido pelo complexo agroindustrial. Não obstante, a presença de solos com elevado padrão de fertilidade, a horizontabilidade dos terrenos, a experiência e tradição dos colonos em atividades agropecuárias (cereais e suínos), o forte sentimento associativista espelhado na atuação das cooperativas agropecuárias, também, foram fatores que decisivamente concorreram para o progresso econômico do território.

O que ocorreu com a ocupação moderna do Norte do Estado, onde a ação das companhias imobiliárias, apoiadas na colonização dirigida, planejada, priorizando a pequena e média propriedade, foi fundamental ao sucesso do processo colonizador, igualmente ocorreu na mesorregião geográfica do Oeste Paranaense. Lá coube destaque à Cia. Melhoramentos Norte do Paraná sucessora da Cia. de Terras Norte do Paraná, aqui à Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S.A. (MARIPÁ) sucessora da Companhia Maderas del Alto Paraná, ambas inicialmente formadas por capitais ingleses.

Enfim, generalizando, a década de 60 revela a ocupação definitiva da fronteira agrícola paranaense, com a grande maioria da população dedicando-se às atividades agropecuárias, habitando a zona rural. Já a partir de meados dessa década, uma série de acontecimentos, intimamente relacionados, começam a mudar o perfil da economia paranaense - sobretudo a agrícola - concorrendo para que rapidamente, na década seguinte, mudasse completamente o quadro da distribuição espacial da população, até então, predominantemente rural.

3. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE

A partir de meados da década de 60 e, sobretudo durante a de 70, a agricultura brasileira entrou num processo de modernização. Modernização considerada parcial, conservadora e dolorosa (SILVA, p. 49). Parcial porque se limitou a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e a certas fases da organização da produção. Conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária e, por fim, dolorosa porque concorreu para expulsar do campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural.

Geograficamente, foi a região Centro Sul do país que concentrou o processo mais dinâmico da modernização agrícola. Economicamente, os esforços dessa modernização concentraram-se naqueles produtos que permitem uma reprodução ampliada do capital-soja, trigo, milho, algodão, cana-de-açúcar, dentre outros.

Nesse contexto, o Estado do Paraná – cuja economia está fortemente alicerçada nas atividades agropecuárias voltadas à exportação e à agroindustrialização –, durante a década de 70, passa a conhecer o processo de modernização de sua agricultura, notadamente em sua região Norte.

Na agricultura norte-paranaense, a monocultura comercial do café era soberana na paisagem regional, como principal atividade produtiva. Esta, em meados da década de 60, começa a ser substituída, primeiro, por pastagens e, já no final da década, prosseguindo pela seguinte, sobretudo, pela cultura associada da soja e trigo e, em segundo plano por outras atividades produtivas (MORO, p. 3 e 4).

O Norte do Paraná, historicamente, constitui-se numa das regiões agrícolas mais famosa do país devido sua potencialidade para a ocupação agrícola. Segundo LOPES, p. 222, tamanho foi o seu papel no abastecimento dos centros urbanos e no fornecimento de matérias-primas para as indústrias do Centro-Sul, que passou a ser chamado o “Celeiro do Brasil”.

É oportuno destacar a importância do processo de modernização agrícola no Norte do Paraná, porque suas consequências afetaram, de tal modo, a distribuição espacial da população a ponto de comprometer o crescimento da população do Estado, apresentando, nas duas últimas décadas, taxas médias geométricas de crescimento anual inferiores a 1%.

A modernização da agricultura brasileira, promovida e induzida pelo Estado, através de uma política de juros altamente subsidiados (PEREIRA, p. 95 e MORO, p. 123), aprofundou a penetração das relações capitalistas de produção no campo. O desenvolvimento destas, se faz industrializando a própria agricultura (SILVA, p. 45). Dessa forma, a moderna agricultura apresenta as características de uma indústria.

No caso da modernização da agricultura paranaense, FLEISCHFRESSER¹⁴, *apud* MORO, p. observou que:

¹⁴ FLEISCHFRESSER, V. A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984, 161p.

"(...) a década de 70 foi de profundas transformações na agricultura paranaense, vinculadas ao tipo de tecnologia difundida – fundamentalmente baseada na utilização de insumos e máquinas de origem industrial – e a notável intensidade de sua incorporação".

No Norte do Paraná, o processo de modernização da agricultura foi muito rápido. A combinação de uma série de fatores – conjunturais, estruturais e, principalmente, circunstanciais e locais, concorreram para isto. Seguramente, mais cedo ou mais tarde, a região entraria no processo de modernização agrícola (MORO, p. 3).

A conjuntura, que afetou a agricultura do Norte do Paraná a partir de meados da década de 60, contribuiu para desencadear um expressivo processo de substituição de culturas. Esse, conseqüentemente, concorreu para conduzir o rápido processo de modernização da agricultura regional.

A substituição de culturas representa, apenas, um dos aspectos do processo de modernização agrícola (KAGEYAMA (Coord.) *et al.*, p. 1).

No quadro de modernização da agricultura paranaense, o processo de substituição de culturas apresenta dois aspectos bem diferenciados.

Primeiro, no Norte do Paraná – área "core" da cafeicultura paranaense – e, em segundo plano, no Oeste do Estado, as sucessivas geadas – 1967, 1969, 1972, 1975 – concorreram para que bom número de produtores deixassem a cafeicultura, sobretudo pela cultura associada da soja e trigo. Assim, o processo de substituição de culturas contribuiu, sobremaneira, para agilizar a modernização agrícola regional.

Segundo, as condições de mercado, com uma política oficial de preços desestimulantes à manutenção da cafeicultura como atividade produtiva principal e, por outro lado, com preços estimulantes à cultura associada da soja e trigo, assentada numa política agrícola profundamente subsidiada, induziu e estimulou a substituição de culturas. Esta se fez, notadamente às expensas da cafeicultura e, em segundo plano, de outras atividades produtivas, pela cultura associada da soja e trigo. Assim o processo de substituição de culturas apresenta-se como uma fase da modernização agrícola.

O processo de substituição de culturas, portanto, num momento, aparece como indutor da modernização agrícola regional e, noutro momento, como conseqüência dessa modernização.

Em linhas gerais, a cultura associada da soja e trigo apresenta-se como o "carro chefe" introdutor e condutor da modernização da agricultura paranaense, verificada nas décadas de 70 e 80.

O sistema agrícola da cultura associada da soja e trigo – fio condutor da modernização agrícola paranaense –, diante do uso intensivo do capital e da moderna tecnologia requerida, para fazer-se economicamente viável, necessita de áreas bem superiores àquelas das pequenas e médias propriedades predominantes na maior parte das áreas agrícolas do Estado, notadamente nas regiões Norte, Oeste e Sudoeste. A estrutura fundiária, anterior a modernização agrícola, não se revela adequada à cultura associada da soja e trigo, face ao pacote tecnológico disponível a essas culturas.

Com efeito, segundo LOURENÇO¹⁵ (*apud* MORO, p. 307):

"Atualmente, módulos de exploração inferiores a 30 alqueires não são compatíveis para a cultura associada da soja e trigo. A produção obtida e comercializada não cobre o custo dos investimentos realizados".

Assim, em razão direta do caráter do modelo da modernização da agricultura brasileira e, por conseguinte, da paranaense, verificou-se um acentuado processo de concentração da posse da terra, o qual, por sua vez, em conjunto com outros fatores,

¹⁵ LOURENÇO, Luiz. Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. (COCAMAR). Depoimento prestado na entrevista concedida em 06/04/1991.

concorreu para nortear a mobilidade espacial da população paranaense, com notável agravamento do êxodo rural, notadamente, no Norte do Estado (ALEGRE e MORO, p. 40 e MORO, p. 334).

Sob este aspecto, FERREIRA, p. 115, constatou que:

"O Paraná apresentou a menor taxa negativa de crescimento da população rural na década de 70. O decréscimo atingiu o total de 1.168.000 pessoas, sendo que, na zona rural, o saldo negativo foi de 2.647.000, e na urbana ocorreu um saldo positivo de 1.355.000. Esses dados indicam um processo migratório intenso da zona rural para a urbana".

O processo de urbanização da população paranaense prossegue pela década de 80, embora de forma menos acentuada (MORO, p. 337). Em 1983, o governo federal retirou os subsídios à agricultura e o governo paranaense implementa uma série de programas voltados ao apoio do pequeno produtor rural, visando retê-los no campo (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SEAB).

Essa tendência de arrefecimento do processo de urbanização da população paranaense, segundo RAGGIO, p. 6, está estreitamente vinculada com o processo de concentração da propriedade e de desconcentração da posse da terra.

Em síntese, o processo de modernização da agricultura paranaense, centrado na cultura da soja e trigo, acarretou uma profunda concentração da posse da terra, sobremaneira durante a década de 70, ligeiramente amenizada na de 80, com profundos reflexos na espacialização da população do Estado.

3.1. Indicadores da Modernização Agrícola

A modernização agrícola, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), p. 18, envolve:

"O conjunto de mudanças na base técnica da produção e maior controle das condições do solo e do produto cujos indicadores mais comuns são o uso de tratores, adubos químicos, defensivos e sementes selecionadas, entre outros, indicam o processo de modernização".

A modernização agrícola, desse modo, na prática de campo, pode ser avaliada através dos seguintes aspectos: mecanização, eletrificação, irrigação e conservação do solo, uso de fertilizantes e agrotóxicos, além de outros, peculiares a certas culturas.

A análise da Tabela 2 – Indicadores da Modernização Agrícola, no Estado do Paraná, em 1970, 1980 e 1985, permite avaliar a evolução do processo de modernização agrícola no Estado. Genericamente, os maiores índices percentuais da modernização agrícola, verificaram-se durante a década de 70, salvo no caso do consumo de energia elétrica.

Dos indicadores que concorrem para afetar o nível da oferta de emprego no campo destacam-se: o número de tratores, revelando um crescimento significativo, reduzindo a área média de trator por hectare de 785, em 1970, para 165 ha, em 1985; e o número de arados de tração mecânica, apontando um crescimento de 379,4% entre 1970 e 1985; o número de estabelecimentos com uso de força mecânica, acusando um crescimento de 1.134,3% no mesmo período (Tabela 2).

Todavia, cabe lembrar que a marcha do processo da modernização da agricultura paranaense não foi homogênea no tempo e no espaço, segundo as mesorregiões geográficas do Estado (Figura 1). Genericamente, respeitando a proporcionalidade da área cultivada das mesorregiões geográficas, a modernização agrícola e seus efeitos demográficos, durante a década de 70, foram mais dinâmicos no

Norte do Estado. Nas demais regiões, embora ela tenha começado na década de 70, não apresentou de início o mesmo ímpeto, seus efeitos demográficos foram mais expressivos na década de 80¹⁶.

TABELA 2. INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA, NO ESTADO DO PARANÁ, EM 1970, 1980 E 1985

INDICADORES	1970	1980	1985	% 70/80	% 80/85
Arados - Tração animal	283.215	289.122	306.617	+ 2,1	+ 6,1
Arados - Tração mecânica	18.883	90.526	97.570	+ 379,4	+ 7,8
Área média por trator (ha)	785	200	165	- 292,5	- 21,2
Área irrigada (ha)	9.176	28.092	31.477	+ 206,1	+ 12,0
Consumo de energia elétrica - mil kwk	34.286	50.402	396.996	+ 47,0	+ 687,6
Consumo de óleo diesel - mil l.	40.831	287.838	332.523	+ 604,9	+ 15,5
Estabelecimentos com práticas de conservação do solo	...	114.926	149.792	+ 60,0	+ 30,3
Estabelecimentos com práticas de irrigação	...	4.497	6.030	-	+ 34,0
Estabelecimentos com uso de agrotóxicos	...	336.664	340.245	-	+ 1,1
Estabelecimentos com uso de fertilizantes	89.828	219.824	248.166	+ 114,7	+ 12,9
Estabelecimentos com uso de força mecânica	16.285	201.108	203.490	+ 1.134,9	+ 1,2
Máquinas de plantio e colheita	...	87.838	96.607	-	+ 10,0
Tratores	18.619	81.620	100.919	+ 338,3	+ 23,6

FONTE: IBGE

... Informação não disponível

ORGANIZADOR: MORO, D.A.

A análise da Tabela 3, permite uma visão espacial regionalizada do processo de mecanização da agricultura paranaense. No geral, a mecanização revela-se mais intensa na década de 70, e, especialmente, mais expressiva no Norte e Oeste do Estado. De modo mais brando, prossegue pela década seguinte.

À medida que aumenta o número de tratores, reduzindo a área média por trator, inevitavelmente encolhe o número de empregos no campo. A migração campo-cidade intensifica-se, o êxodo rural agrava-se. Regionalmente, foi no Norte do Paraná que o fenômeno apresentou números mais expressivos. Até o início da década de 70, a região tinha a cafeicultura como principal atividade produtiva. Esta atividade fazia o uso intensivo de numerosa mão-de-obra braçal. Com a substituição da cafeicultura, sobretudo pela cultura associada da soja e trigo, com elevado índice de mecanização, bem como por pastagens e outras formas de uso do solo, o nível de emprego no campo foi, significativamente, reduzido, liberando numeroso contingente de trabalhadores rurais. Estes, quando não emigram à fronteira agrícola ocidental ou setentrional do país, ou ainda às regiões metropolitanas, sobretudo, de Curitiba e São Paulo (ALEGRE e MORO, p. 50), buscam nos centros urbanos regionais a esperança à sobrevivência, elevando o índice de urbanização regional e estadual.

Por outro lado, no Oeste Paranaense, a mecanização agrícola, durante a década de 70, também apresentou números expressivos. Porém, aí, a ocupação da fronteira agrícola estava se completando. Os efeitos sobre a população rural são mais marcantes na década seguinte.

¹⁶ Sobre a mobilidade espacial da população e a modernização agrícola no Oeste e nos Campos Gerais do Paraná recomenda-se ler DIAS; no Norte, KOHLHEPP; e, sobre a modernização agrícola na microrregião homogênea dos Campos de Ponta Grossa, MORO.

A evolução temporal e espacial dos indicadores da modernização agrícola apresenta-se estreitamente relacionada à dinâmica das grandes categorias de utilização das terras e, por conseguinte, das formas particulares de uso do solo.

3.2. A Utilização das Terras

No contexto do processo de modernização da agricultura paranaense as grandes categorias de utilização das terras passaram por transformações significativas, como apresenta a Tabela 4.

Entre 1970 e 1985, as lavouras permanentes, representadas sobretudo pelo café, foram reduzidas em cerca de 59%. Em contraposição, as lavouras temporárias, assentadas sobretudo na associação soja e trigo, foram ampliadas na mesma proporção – 59%. As pastagens foram ampliadas em torno de 32% (Tabela 4).

Estes números atestam a profundidade da mudança que ocorreu no perfil da utilização das terras.

A gravidade da questão acentua-se no Norte do Paraná. Em apenas 15 anos, perto de 1.000.000 de ha de lavouras de café foram substituídas por lavouras temporárias – em especial pela associação soja-trigo e, simultaneamente, as pastagens foram ampliadas em cerca de 1.140.000 ha, seguramente às expensas da cafeicultura (Tabela 4).

As conseqüências da dinâmica deste processo se projetam sobre a população rural, reduzindo de forma expressiva o nível de emprego e, conseqüentemente, engrossando as fileiras do êxodo rural.

Com respeito às principais formas de uso do solo na agropecuária paranaense, a Tabela 5 aponta, que entre 1970 e 1985, as culturas capazes de gerar empregos no campo, em nada contribuíram para isso. A cultura do café – com elevada demanda de mão-de-obra durante todo o ano agrícola –, teve sua área drasticamente reduzida; as culturas do algodão e da cana-de-açúcar – com demanda de mão-de-obra por ocasião da colheita –, tiveram suas áreas ligeiramente acrescidas na primeira metade da década de 80.

Por outro lado, as culturas com utilização intensiva da mecanização, como a soja e o trigo, tiveram suas áreas significativamente aumentadas. A área do milho, por sua vez, nem apresentando uma certa estabilidade. No entanto, as pastagens, que muito pouco concorrem para gerar empregos no campo, apresentaram um crescimento em torno de 1.482.000 ha, em grande parte sobre terras anteriormente ocupadas pela cafeicultura, notadamente, no Norte do Paraná.

A análise da Tabela 5, conjugado com a Figura 4, possibilita uma visualização gráfica mais cristalina da evolução das formas de uso do solo e, em decorrência, a fragilidade destas em fixar o homem no campo, em razão da pouca mão-de-obra que empregam.

3.3. A Estrutura Fundiária

Durante o processo de modernização da agricultura paranaense, o fenômeno de concentração da posse da terra, na década de 70, foi de tal magnitude que deixaram de existir 100.385 estabelecimentos agropecuários. Só no Norte do Estado o fenômeno apontou 104.838 estabelecimentos (Tabela 6). Nas demais regiões o fenômeno foi mais ameno. Até a metade da década de 80, permanece ativo na mesorregião do Oeste Paranaense, acenando para uma desaceleração.

Em razão disso, durante os anos 70, a dimensão média de ha por estabelecimento, no Estado, aumentou de forma expressiva, acusando maior intensidade no Norte do Estado (Tabela 6).

TABELA 3. ÁREA CULTIVADA E NÚMERO DE TRATORES SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, EM 1970, 1980 E 1985

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA (ha)			AUMENTO DA ÁREA			NÚMERO DE TRATORES			MÉDIA-ÁREA POR TRATORES (ha)		
	1970	1980	1985	70/80	80/85		1970	1980	1985	1970	1980	1985
100 Noroeste Paranaense	2.061.543	2.287.922	2.276.819	226.379	- 11.103		1.307	5.978	8.199	1.577	382	277
101 Centro Ocidental Paranaense	962.262	1.043.357	1.100.307	81.095	56.905		1.426	8.465	10.645	674	123	103
102 Norte Central Paranaense	2.089.165	2.175.526	2.210.066	86.361	34.540		5.568	17.947	22.100	375	121	100
103 Norte/Pioneiro Paranaense	1.290.564	1.420.709	1.438.148	130.145	17.439		4.761	10.430	12.238	271	136	117
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	6.403.534	6.927.514	7.025.340	523.980	97.826		13.062	42.820	53.182	490	161	132
104 Centro Oriental Paranaense	1.606.905	1.791.886	1.914.567	184.981	122.681		1.434	4.913	5.516	1.120	364	347
105 Oeste Paranaense	1.616.724	1.837.529	1.819.601	220.805	- 17.928		1.725	16.247	20.667	937	113	88
106 Sudoeste Paranaense	1.018.912	1.085.634	1.061.929	66.722	- 23.705		380	6.325	7.481	2.681	171	141
107 Centro Sul Paranaense	1.952.669	2.198.942	2.273.036	246.273	74.094		851	4.297	5.192	2.294	511	437
108 Sudeste Paranaense	1.114.238	1.242.235	1.231.499	127.997	- 10.736		381	3.076	3.981	2.924	403	309
109 Metropolitana de Curitiba	912.550	1.296.570	1.387.609	384.020	91.039		786	3.942	4.900	1.161	328	283
TOTAL DO PARANÁ	14.625.532	16.380.310	16.713.581	1.754.778	333.271		18.619	81.620	100.919	785	200	165

FONTE: IBGE.
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

TABELA 4. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ (ha) 1970, 1980, 1985

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	LAVOURAS PERMANENTES			LAVOURAS TEMPORÁRIAS			PASTAGENS		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
100 Noroeste Paranaense	387.246	317.006	223.100	327.176	201.221	280.657	1.001.708	1.590.976	1.598.116
101 Centro Ocidental Paranaense	105.172	65.550	37.272	341.187	526.702	570.312	249.574	296.387	355.807
102 Norte Central Paranaense	561.491	282.890	147.400	490.424	750.657	895.656	682.800	868.228	917.052
103 Norte Pioneiro Paranaense	425.756	108.853	78.076	413.056	496.080	515.499	455.649	603.598	661.970
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	1.479.665	774.299	485.848	1.571.843	1.974.660	2.262.124	2.389.731	3.359.189	3.532.945
104 Centro Oriental Paranaense	4.961	5.511	5.486	165.491	364.749	368.703	596.818	546.892	616.706
105 Oeste Paranaense	59.398	52.770	22.948	599.111	1.135.295	1.066.558	248.320	348.355	462.428
106 Sudoeste Paranaense	6.867	6.628	9.608	380.677	654.498	617.162	176.779	180.784	216.848
107 Centro Sul Paranaense	1.981	7.377	7.803	305.111	531.156	611.022	632.309	594.187	688.150
108 Sudeste Paranaense	2.378	3.380	6.054	217.431	290.432	312.861	227.583	199.730	211.519
109 Metropolitana de Curitiba	10.939	102.378	90.307	172.719	181.891	196.035	246.052	291.038	270.966
TOTAL DO PARANÁ	1.566.189	982.343	628.054	3.412.383	5.132.681	5.434.465	4.517.592	5.520.175	5.999.562

FONTE: IBGE
ORGANIZADOR: MORO, D.A.

Desse modo os efeitos sobre a situação rural da população foram bem mais significativas no Norte do Paraná. Ali, entre 1970 e 1991, o efetivo da população rural reduziu 63,9%, enquanto no Estado reduziu 49,7% (Tabela 6).

Por sua vez, a análise da evolução da estrutura fundiária, segundo a estratificação dos estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas, revela que, durante a década de 70, a concentração da posse da terra deu-se, de forma expressiva, às expensas dos pequenos estabelecimentos e, em segundo plano, dos médios, em benefício dos grandes, contribuindo à formação de grandes estabelecimentos (Tabela 7). Regionalmente, foram as mesorregiões geográficas do Norte do Paraná e a do Oeste Paranaense, que acusaram maior dinamismo do fenômeno. No geral, para a década de 80, salvo no Oeste Paranaense, verifica-se uma tendência a desconcentração da posse da terra (Tabela 7), já observado por RAGGIO, p. 6.

TABELA 5. EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FORMAS DE USO DO SOLO NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE E SUA PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DO ESTADO, ENTRE 1970 E 1985

FORMAS DE USO DO SOLO	1970 (ha)	%	1975 (ha)	%	1980 (ha)	%	1985 (ha)	%
Algodão	373.287	4,04	203.421	1,92	263.731	2,16	499.300	3,89
Café	1.192.367	12,91	866.724	8,17	747.101	6,13	422.762	3,29
Cana-de-açúcar	30.035	0,33	32.480	0,31	62.092	0,51	144.412	1,12
Milho	2.121.208	22,97	1.848.380	17,42	1.862.670	15,28	1.940.642	15,10
Soja	395.484	4,28	1.613.302	15,23	2.075.657	17,03	2.079.973	16,18
Trigo	250.213	2,71	596.939	5,63	1.135.263	9,31	1.228.742	9,56
Pastagens	4.517.592	48,91	4.979.840	46,94	5.520.175	45,29	5.999.562	46,68
Outros	356.014	3,85	464.289	4,38	522.454	4,29	536.845	4,18
TOTAL	9.236.198	100,00	10.607.375	100,00	12.189.143	100,00	12.852.238	100,00

FONTE: I.B.G.E. e MORO, p. 65.

ORGANIZADOR: MORO, D. A.

Da mesma forma, a análise da evolução da estrutura fundiária, segundo a estratificação da área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas, apresenta forte concentração da posse da terra, pela redução da área dos pequenos e médios estabelecimentos (0 a 10 ha e 10 a 100 ha) e ampliação da área dos grandes (100 a 1.000 ha e mais de 1.000 ha), exceto nas mesorregiões geográficas do Centro Oriental Paranaense, Sudoeste Paranaense e Centro Sul Paranaense quanto ao estrato de 0 a 10 ha e no Oeste Paranaense para o estrato de 10 a 100 ha, devido as peculiaridades de suas ocupações agropecuárias (Tabela 8).

Para a década de 80, observa-se uma tendência genérica para um ligeiro aumento da área dos pequenos estabelecimentos em oposição a uma leve redução da área entre os grandes estabelecimentos, em algumas regiões específicas, como mostra a Tabela 8.

É, justamente, a diferenciação regional das especificidades do processo de modernização da agricultura paranaense que concorre para um novo quadro espacial da população paranaense.

Generalizando, confrontando-se os dados das Tabelas 7 e 8, deduz-se que, sobretudo, durante a década de 70, à medida que ocorre uma queda no número e na área dos estabelecimentos dos estratos entre 0 e 10 ha e 10 e 100 ha, ocorre uma elevação em número e área dos estabelecimentos acima de 100 ha.

Do mesmo modo, para a década de 80, os dados apontam à moderação do fenômeno, conduzindo a uma modesta desconcentração da posse da terra, embora permaneça ativo no estrato dos estabelecimentos entre 100 e 1.000 ha (Tabela 8).

Evolução das Principais Formas de Uso do Solo na Agropecuária Paranaense e sua Participação sobre o Total do Estado, entre 1.970 e 1.985

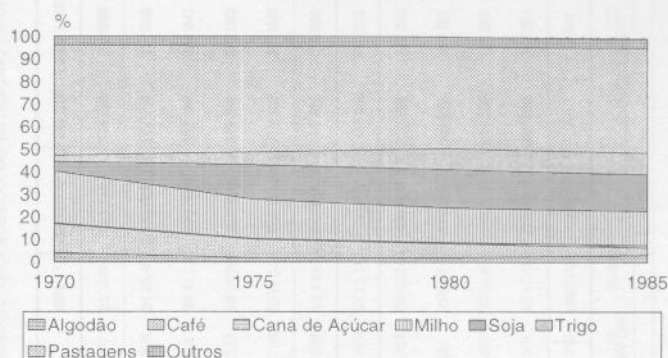


Figura: 4 Fonte: TABELA 5 ORGANIZADOR: MORO, D. A.

3.4. A Condição do Produtor

Outro aspecto do processo de modernização da agricultura que, em certa medida, contribui para a avaliação da dimensão da concentração da posse da terra é a condição do produtor.

Generalizando e respeitando as especificidades regionais históricas e geográficas do processo de organização da produção agrícola, a análise conjugada das Tabelas 9 e 10 permite avaliar a dimensão da concentração da posse da terra, em especial, na década de 70.

Com efeito, em oposição à redução do número de estabelecimentos dos proprietários e arrendatários, ocorre uma ampliação da área explorada. Com os parceiros e ocupantes verifica-se uma notável redução em número e área dos estabelecimentos, notadamente, nas mesoregiões do norte paranaense, onde a parceria era lugar comum à época da cafeicultura.

De forma semelhante, durante a primeira metade da década de 80, verifica-se uma tendência a alterações no quadro da condição dos produtores rurais. No geral, os proprietários, embora, contem com menor número de estabelecimentos, apresentam crescimento na área sob seus domínios. Os arrendatários, parceiros e ocupantes ganham espaço em número e área dos estabelecimentos (Tabelas 9 e 10).

Portanto, assiste-se a uma expansão no número dos estabelecimentos agropecuários e das áreas sob jurisdição desses regimes de exploração, direcionando para uma relativa situação de desconcentração da posse da terra. Estes fatos podem ser melhor visualizados e avaliados graficamente pela análise das Figuras 5 e 6.

Esta desaceleração no processo de concentração de posse da terra, possível de constatar para os anos 80, através da evolução da estrutura fundiária e da condição do produtor, concorre diretamente para amenizar os números do êxodo rural, conseqüente da modernização da agricultura.

TABELA 6. NÚMERO E DIMENSÃO MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ ENTRE 1970 E 1985, E POPULAÇÃO RURAL ENTRE 1970 E 1991

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			QUEDA NO NÚMERO	DIMENSÃO MÉDIA (ha)			POPULAÇÃO RURAL		
	1970	1980	1985		1970	1980	1985	1970	1980	1991
100 Noroeste Paranaense	89.890	55.273	54.057	- 35.833	22,9	41,3	42,1	705.291	385.506	213.552
101 Centro Ocidental Paranaense	54.819	32.575	34.152	- 20.667	17,5	32,0	32,2	444.689	244.772	152.581
102 Norte Central Paranaense	100.730	64.252	65.620	- 35.110	20,7	33,8	33,6	914.046	494.645	300.151
103 Norte Pioneiro Paranaense	52.100	40.601	40.467	- 11.633	24,7	34,9	35,5	469.077	300.526	198.313
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	297.539	192.701	194.296	- 103.243	21,5	35,9	36,1	2.537.103	1.425.449	864.597
104 Centro Oriental Paranaense	20.271	25.037	25.954	+ 5.683	79,2	71,5	73,7	172.620	185.101	142.787
105 Oeste Paranaense	82.570	75.094	70.075	- 12.495	19,5	24,4	25,9	602.917	476.205	273.660
106 Sudoeste Paranaense	50.451	57.664	57.339	+ 6.888	20,1	18,8	18,5	371.484	343.935	252.393
107 Centro Sul Paranaense	31.958	38.806	46.917	+ 14.959	61,1	56,6	48,4	250.962	293.384	258.841
108 Sudeste Paranaense	38.328	31.575	35.376	- 2.952	29,0	39,3	34,8	193.022	188.060	194.505
109 Metropolitana de Curitiba	33.371	33.226	36.731	+ 3.360	27,3	39,0	37,7	285.117	229.882	233.350
TOTAL DO PARANÁ	554.488	454.103	466.688	- 87.800	26,3	36,0	35,8	4.413.225	3.142.016	2.220.133

FONTE: IB.G.E.
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

TABELA 7. NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (ha), NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, EM 1970, 1980 E 1985

	0 - 10 ha			10 - 100 ha			100 - 1.000 ha			+ de 1.000 ha		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS												
100 Noroeste Paranaense	55.781	27.084	27.082	31.479	24.401	22.829	2.388	3.489	3.563	207	284	273
101 Centro Ocidental Paranaense	36.266	16.665	18.228	17.536	14.103	13.386	969	1.739	1.856	48	64	78
102 Norte Central Paranaense	57.713	28.506	30.815	40.367	32.005	30.840	2.532	3.596	3.768	118	140	142
103 Norte Pioneiro Paranaense	30.624	20.674	19.953	19.639	17.618	18.031	1.734	2.152	2.330	102	146	140
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	180.384	92.929	96.078	109.021	88.127	85.686	7.633	10.976	11.517	475	634	633
104 Centro Oriental Paranaense	7.912	12.061	13.012	10.185	10.485	10.410	1.956	2.212	2.251	216	275	277
105 Oeste Paranaense	41.878	35.509	32.500	39.286	37.290	35.078	1.335	2.205	2.406	68	89	88
106 Sudoeste Paranaense	20.225	27.418	28.299	29.525	29.280	28.016	685	908	1.003	16	20	18
107 Centro Sul Paranaense	11.533	17.523	23.770	17.171	17.828	19.579	3.051	3.153	3.278	203	290	286
108 Sudeste Paranaense	16.119	11.790	14.583	20.949	18.213	19.146	1.201	1.436	1.460	59	89	98
109 Metropolitana de Curitiba	17.221	17.765	20.773	14.799	13.835	14.332	1.297	1.459	1.456	50	141	148
TOTAL DO PARANÁ	295.272	214.995	229.015	240.936	215.058	212.247	17.158	22.349	23.371	1.087	1.538	1.548

FONTE: IB.G.E.
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

3.5. O Papel das Geadas e da Legislação Social na Modernização da Agricultura

3.5.1. As Geadas

O Estado do Paraná tem a maior parte do seu território situado no domínio zonal dos climas temperados, com habituais geadas noturnas durante os meses de inverno.

Na sua região Norte, o clima dominante é o Tropical de Altitude, com verão úmido e inverno seco. Habitualmente o verão e o inverno apresentam-se úmidos e periodicamente o inverno pode ser seco e as geadas, embora raras e de pouca intensidade, ocorrem numa média de 2 a 3 em 10 anos (MAACK, p. 131).

Generalizando a observação de KOHLHEPP, p. 80, pode-se afirmar que o Norte do Paraná e suas zonas periféricas meridionais, durante as décadas de 50 e 60, constituiu-se, na mais importante região de cultivo de café do país e produtora do mundo.

Todavia, a partir de meados dos anos 60, a cafeicultura regional entra, gradativamente, em retrocesso, devido uma série de fatores¹⁷, dentre os quais, as seguidas geadas tiveram grande importância. Assim, as lavouras de café, com emprego intensivo da mão-de-obra, que chegaram a ocupar cerca de 1,5 milhão de hectares, entram em decadência. As pastagens, com baixa utilização de mão-de-obra, seguidas pelo sistema de rotação soja-trigo, com alto grau de mecanização, concorrem para o elevado desemprego no campo.

Entretanto, além da forte geada de 1963 que, no Estado do Paraná afetou cerca de 900 milhões de cafeeiros (I.B.C., p. 14), as sucessivas geadas, com ocorrência quase que anual, a partir de meados da década de 60 – 1967, 1969, 1972, 1975 (MORO, p. 135), 1979, 1981, 1984, 1985, 1988, 1989, 1990, 1992, 1993 e 1994¹⁸, comprometeram seriamente a cafeicultura regional, notadamente durante as décadas 70 e 80, que devido a conjugação com outros fatores, já apresentava visível estado de decadência.

A ocorrência, quase que anual, das geadas não proporciona às lavouras de café o tempo necessário a sua recuperação. Em função da intensidade da geada, o tempo necessário à recuperação da lavoura varia de 2 a 4 anos. Desse modo a ocorrência periódica de geadas, frustrando seguidamente a produção das lavouras, culmina para comprometer gradativamente a situação financeira dos cafeicultores. A erradicação de lavouras de café e a substituição por outras atividades produtivas de menor risco, sobretudo por pastagens e pela rotação soja-trigo, foi a regra quase que geral. KOHLHEPP, p. 80, já havia observado o importante papel das geadas na orientação da economia regional:

“É correto que as exigências do ICA (redução da superprodução, fixação de cotas de exportação) levaram a novas reduções de áreas; foi no entanto o número crescente de geadas (1966, 1969, 1972, 1975, 1979, 1981) que se tornou decisivo para o desenvolvimento do futuro”.

Prosseguindo, logo adiante observa:

“A percentagem da redução das áreas de cultivo nos anos 70, devido sobretudo às geadas, que levaram à perda de milhares de empregos e ocasionaram uma grande mobilidade da população rural, monta a cerca de 45% no período de 1966 a 1979”.

¹⁷ Sobre os fatores que concorreram à modernização da agricultura e a substituição de culturas, no Norte do Paraná, recomenda-se ler MORO.

¹⁸ Dados obtidos na Estação Climatológica Principal de Maringá.

TABELA 8. ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (ha), NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, EM 1970, 1980 E 1985

	0 - 10 ha			10 - 100 ha			100 - 1.000 ha			+ de 1.000 ha		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS												
100 Noroeste Paranaense	305.540	148.912	144.255	680.096	625.845	603.325	657.849	966.403	999.331	418.057	576.730	512.529
101 Centro Ocidental Paranaense	193.481	87.411	89.184	399.718	378.874	384.319	243.116	426.536	470.671	125.948	150.532	156.126
102 Norte Central Paranaense	321.543	151.057	154.598	914.579	882.213	870.007	612.341	886.562	921.056	223.876	245.085	264.373
103 Norte Pioneiro Paranaense	160.996	106.292	102.970	496.362	475.015	493.759	445.661	565.982	599.500	187.546	273.403	241.774
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	981.560	493.672	491.007	2.490.755	2.361.947	2.351.410	1.958.967	2.845.483	2.990.558	955.427	1.245.750	1.174.802
104 Centro Oriental Paranaense	39.745	56.760	59.194	336.480	327.544	322.843	513.894	623.816	668.294	716.785	783.737	864.028
105 Oeste Paranaense	226.205	186.676	159.752	919.277	939.280	906.659	303.237	502.191	558.558	168.006	209.376	194.626
106 Sudoeste Paranaense	113.242	144.706	149.377	740.314	716.144	676.243	131.450	181.022	201.198	33.906	43.755	35.104
107 Centro Sul Paranaense	58.833	90.869	113.723	573.603	551.379	588.012	757.721	852.406	891.934	562.514	704.254	679.335
108 Sudeste Paranaense	76.187	60.426	72.186	607.425	565.644	588.451	265.794	318.662	341.494	164.833	297.499	229.360
109 Metropolitana de Curitiba	79.253	75.500	84.127	429.517	406.109	410.165	289.688	356.104	365.654	114.092	458.835	527.635
TOTAL DO PARANÁ	1.575.025	1.308.609	1.129.366	6.097.371	5.868.047	5.843.783	4.220.751	5.679.684	6.017.690	2.715.563	3.748.206	3.704.890

FONTE: I.B.G.E.
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

TABELA 9. EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 1970 E 1985

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	PROPRIETÁRIO			ARRENDATÁRIO			PARCEIRO			OCUPANTE		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
100 Noroeste Paranaense	40.408	37.076	33.717	12.837	3.233	4.032	29.901	12.103	13.365	6.744	2.861	2.652
101 Centro Ocidental Paranaense	21.970	18.935	18.035	11.708	5.007	5.035	16.728	5.693	6.826	4.413	2.940	2.960
102 Norte Central Paranaense	46.207	44.026	40.442	6.064	4.551	6.448	44.280	12.444	14.042	4.179	3.231	4.688
103 Norte Pioneiro Paranaense	24.501	22.041	21.895	10.151	5.774	7.082	13.377	8.955	35.883	4.071	3.831	10.442
104 Centro Oriental Paranaense	13.587	16.047	16.172	4.092	3.445	3.203	418	2.047	2.212	2.174	3.498	4.367
105 Oeste Paranaense	48.748	53.544	51.438	10.171	5.355	4.888	11.823	10.386	9.505	11.828	5.809	4.244
106 Sudoeste Paranaense	41.374	41.973	40.697	1.961	3.821	4.044	3.409	6.637	7.454	3.707	5.233	5.144
107 Centro-Sul Paranaense	22.018	24.222	27.863	2.893	5.868	6.778	1.348	2.682	4.295	5.699	6.034	8.081
108 Sudeste Paranaense	30.104	23.731	26.006	4.230	2.781	3.138	941	1.272	1.681	3.053	3.791	4.551
109 Metropolitana de Curitiba	23.845	24.170	26.299	4.634	3.505	3.459	712	825	1.518	4.180	4.726	5.475
TOTAL DO PARANÁ	312.762	305.765	302.564	67.741	43.340	48.107	122.937	63.044	96.781	50.048	41.651	52.604

FONTE: IB.G.E.
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

TABELA 10. EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO A ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 1970 E 1985, EM ha

	PROPRIETÁRIO			ARRENDATÁRIO			PARCEIRO			OCUPANTE		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS												
100 Noroeste Paranaense	1.647.014	2.098.392	2.027.781	109.896	47.534	74.728	249.236	113.027	124.715	57.930	28.368	34.858
101 Centro Ocidental Paranaense	706.241	895.272	891.028	91.963	75.185	86.358	127.808	50.341	63.998	36.250	22.528	21.016
102 Norte Central Paranaense	1.577.886	1.944.006	1.874.872	66.645	85.815	139.995	272.113	117.750	148.537	41.850	27.944	46.656
103 Norte Pioneiro Paranaense	1.050.189	1.223.962	1.225.115	98.763	85.216	71.642	102.544	77.264	76.114	39.069	34.262	35.981
104 Centro Oriental Paranaense	1.482.677	1.606.940	1.734.883	51.560	69.521	103.887	7.107	58.701	27.326	65.461	56.716	55.928
105 Oeste Paranaense	1.259.099	1.587.355	1.586.822	99.371	76.536	85.022	93.697	115.500	112.173	164.558	58.136	35.582
106 Sudoeste Paranaense	909.741	943.891	917.037	21.419	40.770	42.352	36.010	62.272	63.511	51.743	38.700	39.027
107 Centro-Sul Paranaense	1.716.407	1.983.896	2.008.766	45.890	109.036	117.261	28.567	25.253	47.635	159.442	80.748	99.867
108 Sudeste Paranaense	1.017.914	1.133.582	1.111.115	26.062	38.137	62.743	17.125	14.744	30.399	54.561	55.776	56.286
109 Metropolitana de Curitiba	794.018	1.160.977	1.194.037	32.830	75.080	92.466	6.224	11.271	45.103	79.479	49.238	55.998
TOTAL DO PARANÁ	312.762	12.659.780	14.570.956	644.399	702.830	876.434	940.431	646.123	739.511	750.343	452.416	481.199

FONTE: IBGE.
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

Todavia, foi a geada de 17 de julho de 1975, de grande intensidade, que praticamente dizimou os cafezais do Norte do Paraná, acelerando o processo de sua erradicação e a conseqüente substituição por outras atividades produtivas. Assim, em curto espaço de tempo, a cafeicultura paranaense sofreu uma redução em torno de 1,3 milhão de hectares, contribuindo, sobremaneira, para acelerar a mobilidade espacial da população, em especial, nas tradicionais áreas cafeeiras do Estado.

EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NO PARANÁ, ENTRE 1970 E 1985

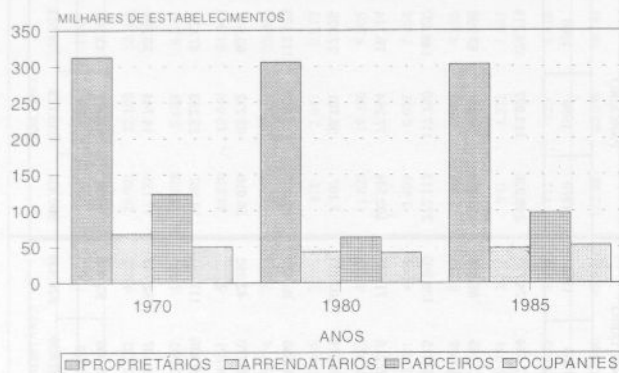


Figura 5. Fonte: TABELA 9. ORGANIZADOR: MORO, D. A.

EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO A ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NO PARANÁ, ENTRE 1970 E 1985

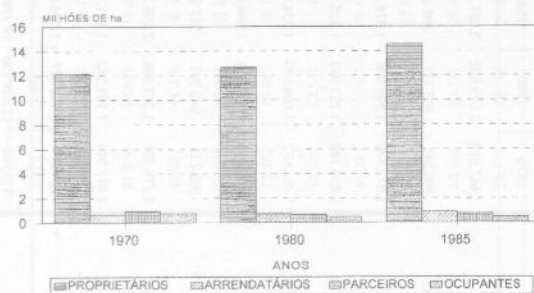


Figura 6. Fonte: TABELA 10. ORGANIZADOR: MORO, D. A.

3.5.2. O Estatuto do Trabalhador Rural

Em 1963, o governo brasileiro promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao trabalhador rural os mesmos benefícios da legislação social que atendia o trabalhador urbano. Este, a nível nacional, mas sobretudo regional – no caso das áreas cafeeiras do Norte do Paraná – afetou, profundamente, as relações trabalhistas no campo.

A agricultura norte paranaense assentada, basicamente numa estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, sobretudo no Norte Central Paranaense, ocupadas, em sua maioria, até o começo dos anos 70, pela monocultura comercial do café, com o emprego intensivo de numerosa mão-de-obra, proporcionava a presença do regime de parceria e colonato, na maioria dos estabelecimentos cafeicultores.

A grande maioria dos produtores rurais, sobretudo cafeicultores, não tendo condições e também com receio de não poderem cumprir com as obrigações sociais previstas no Estatuto do Trabalhador Rural, em vista da crise que afetava a cafeicultura, passaram a considerar as possibilidades de modernização dos seus estabelecimentos.

Parte razoável dos proprietários dos estabelecimentos agropecuários, notadamente no Norte do Paraná e que tinham a cafeicultura como atividade produtiva principal, não só romperam inúmeros contatos de parceria e colonato, como também, despediram inúmeros empregados, liberando expressivo contingente de trabalhadores rurais. Estava, portanto, criado o espaço à modernização agrícola com elevado índice de mecanização.

Em curto espaço de tempo, os assalariados e "bóias-frias" passaram a ser uma constante na paisagem.

Não obstante, é oportuno e interessante a perspectiva de síntese de KOHLHEPP, p. 87, sob a questão:

"A decadência do cultivo do café com trabalho intensivo de mão-de-obra, a transformação de extensas áreas em áreas de criação de gado extensiva em mão-de-obra e o alto grau de mecanização da agricultura levaram a um desemprego rural de dimensões catastróficas em grande parte do Norte do Paraná. O estabelecimento de uma moderna legislação social para o setor agrícola e sua fiscalização ocasionaram a rescisão de vários contratos de trabalhos fixos (com direito à residência na própria fazenda) de trabalhadores rurais e a um aproveitamento da mão-de-obra em um sistema de bóias-frias (KOHLHEPP, 1975), quer dizer como diaristas".

Prosseguindo, acrescenta:

"A desestabilização social torna-se visível nas áreas rurais pelo número reduzido de trabalhadores rurais com contratos permanentes, pela segregação forçada e economicamente desfavorável do local de trabalho e residência e pelo emprego predominante de mão-de-obra diarista (sistema de bóias-frias), sem qualquer proteção social e entregues aos abusos praticados pelos empregadores" (KOHLHEPP, p. 91).

Na prática, o Estatuto do Trabalhador Rural não alcançou os resultados previstos, muito pouco contribuiu para a fixação do trabalhador rural no campo. Ao contrário, foi uma das molas que levou ao processo de modernização, por conseguinte à mecanização do campo e a intensa mobilidade espacial da população rural, consubstanciada, sobretudo, pelo êxodo rural.

4. A MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL PARANAENSE

Tradicionalmente, o Estado do Paraná teve sua economia ligada ao desenvolvimento do setor agropecuário, a ponto de ser conhecido como o "celeiro do Brasil". Por volta da década de 60, o Norte do Estado, sozinho participava com 25% na produção agrícola nacional. Atualmente face a expansão da fronteira agrícola por outras unidades da federação, o total da produção estadual é que concorre com cerca de 25% da produção brasileira.

Portanto, a economia paranaense, pelo menos até o início da década de setenta, esteve profundamente representada pelo desenvolvimento de sua agricultura, notoriamente da cafeicultura no Norte do Estado.

No contexto desse panorama econômico, as atividades industriais emergiram relacionadas ao beneficiamento de duas riquezas naturais, abundantes em grande parte do território do Estado, até pouco tempo atrás: a erva-mate e a madeira. Assim, o segmento industrial derivado do aproveitamento desses produtos caracterizaria o setor - ervateiras, madeireiras, laminadoras, papel e celulose, moveleiras, fósforos, dentre as mais significativas.

Ao mesmo tempo, outras atividades industriais, representadas pelas indústrias de alimentos, bebidas, confecções, cerâmicas e outras, com gênese na experiência artesanal trazida pelos imigrantes europeus, começam a tomar corpo na economia estadual, localizadas sobremaneira no sul do Estado (Curitiba, Ponta Grossa, Campo Largo).

A partir da década de 70, paralelamente ao processo de modernização da agricultura estadual e a conseqüente consolidação do setor agroindustrial, a ação política do governo estadual, conjugada com a de alguns governos municipais, tende a mudar o perfil industrial do Estado, desenvolvendo e executando um projeto de industrialização, calcado na atração de indústrias por meio de subsídios e incentivos fiscais.

4.1. A Agroindustrialização

O processo de desenvolvimento agroindustrial, recente do Estado do Paraná, emerge estreitamente atrelado ao processo de modernização da agricultura estadual. Irradiado a partir dos anos setentas, da sua região Norte - com a rápida substituição da monocultura comercial do café, em larga escala, pelo sistema agrícola de rotação de culturas soja/trigo - para as demais regiões agrícolas paranaenses.

No contexto desse processo de agroindustrialização é possível distinguir dois padrões de desenvolvimento, como assinalaram ASSUMPÇÃO, GALINA E CONSONI, 141.

O primeiro padrão de desenvolvimento agroindustrial diz respeito àquele que se instalou nas tradicionais regiões agrícolas do Estado - Norte e Oeste - via de regra, logo após a fase mercantilista de produção e definição do complexo rural, como identifica KAGEYAMA (coord. *et al.*), 3. Segue-se, então, o momento em que as agroindústrias processadoras e exportadoras de produtos agropecuários instalam-se na região produtora em busca da disponibilidade da matéria-prima que necessitam. Este padrão, de um modo geral, estende-se até por volta da metade da década de 80.

No Norte Paranaense este padrão foi muito bem ilustrado pela presença pioneira das unidades industriais da SANBRA, ANDERSON CLAYTON, CARGILL, BRASWEY, dentre outras, presentes nos principais pólos agroindustriais da região (Londrina, Maringá, Apucarana). Simultaneamente, cumpre destacar a presença, na maioria das cidades de porte médio da região, de unidades produtivas menores, formadas por capitais locais, algumas das quais implantadas pelas cooperativas agropecuárias (COAMO - Campo Mourão, COCAMAR - Maringá, COROL, Rolândia, dentre as principais).

O segundo padrão de desenvolvimento agroindustrial refere-se àquele em que a indústria se estabelece na região à procura da capacidade potencial da agricultura e, por conseguinte, do produtor rural em se enquadrar às condições exigidas pela empresa. Essa capacidade passa, então, a ser o fator de atração de investimentos, sobretudo nas tradicionais regiões agrícolas do Estado, onde o produtor já é detentor dum capital técnico, capaz de responder às condições procuradas e exigidas pela indústria.

No Norte do Estado são exemplos concretos dessa realidade a sericicultura, a citricultura, a steveocultura, integradas, respectivamente, com a fiação da seda, produção de suco e de adoçante dietético (MORO, 267, 290). No Oeste e Sudoeste os exemplos mais patentes estão entre a produção integrada - agropecuária/indústria - de aves e suínos com

as gigantes do setor - SADIA e PERDIGÃO. No Sul do Estado, o exemplo fica por conta da Souza Cruz com os produtores de fumo (Itati).

Todavia, todo este processo de desenvolvimento agroindustrial, face a automação crescente das plantas industriais, de longe não foi suficiente para absorver a grande maioria dos retirantes do campo, espoliados da agricultura diante à marcha inexorável de sua modernização.

4.2. A Industrialização Moderna

O processo de desenvolvimento industrial recente, portanto moderno, do Estado do Paraná, tem sua gênese durante a década de 70. Seguramente, as razões para isto estão, notoriamente, na divisão internacional e nacional do trabalho e na desconcentração industrial física a partir do parque industrial paulistano.

Acerca dessa questão, ROLIM, 52, observa que:

"A tendência a desconcentração a partir do Sudeste, particularmente São Paulo, estabelece-se em decorrência tanto da incorporação e transformação de novas áreas como, nos períodos mais recentes, da crise da economia nacional, que por ser uma crise urbano industrial afetou com mais intensidade o seu núcleo".

É perfeitamente claro que neste processo está embutido o setor agroindustrial, já abordado no capítulo anterior. Sua distribuição espacial pelos principais pólos agroindustriais do interior - Maringá, Ponta Grossa, Londrina, Cascavel, Guarapuava, Apucarana - associada à presença de uma agricultura moderna, altamente tecnificada (Norte e Oeste), em oposição ao espaço urbano-industrial, da região metropolitana de Curitiba, configura, segundo ROLIM, 55, os dois Paranas: o urbano e o do agrobusiness.

No quadro desta conjuntura cabe destacar o papel exercido pelo poder público com o intuito de induzir à industrialização, atraindo indústrias por meio da concessão de subsídios e incentivos fiscais.

Nesse particular, destaca-se a implantação do projeto da Cidade Industrial de Curitiba, desenvolvendo os gêneros de metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transportes, química e outras, e, em segundo plano, o distrito industrial de Ponta Grossa. Porém, neste último, ao par de atividades diversificadas tradicionais, a agroindustrialização desponta pela sua expressividade - aí está instalada a maior capacidade de beneficiamento de grãos da América Latina. Certamente, as vantagens de sua posição locacional - entroncamento rodo-ferroviário - para isso concorreram. Da mesma forma, o mesmo verificou-se com a Cidade Industrial de Curitiba - a proximidade do parque industrial paulista e do porto de Paranaguá - além das externalidades importantes na economia moderna à localização industrial.

Ademais, há de se considerar que, ao final dos anos oitentas, a política de atração de indústrias tornou-se um modismo e rapidamente irradiava-se pelas cidades do interior. No entanto, o sucesso limitou-se, em grande parte, aos já tradicionais centros industriais interioranos, assim mesmo, ao gênero agroindustrial (MORO, 227) e confecções.

Quanto ao gênero de confecções - vestuário, calçados e artefatos de tecidos - emerge como um dos de maior desenvolvimento, sobremaneira nos centros urbanos regionais como Londrina, Maringá e ultimamente Cianorte. Regionalmente, revela um redirecionamento do capital, da cafeicultura para o gênero de confecções, com vistas a otimizar a sua reprodução ampliada.

No caso de Cianorte, a presença de bolsões de mão-de-obra barata (ROLIM, 79), liberada pela retração da cafeicultura regional e pela modernização do campo, foi um dos fatores que concorreu para identificá-la como "capital do vestuário".

A economia industrial paranaense, portanto, no decurso das duas últimas décadas - 70 e 80 - desenvolveu-se, diversificou-se e modernizou-se, não obstante a

hegemonia do setor agroindustrial. Nesse contexto, os setores industriais modernos, não vinculados ao setor agroindustrial - metalúrgico, químico, mecânico, elétrico/eletrônico, transportes, confecções etc., vêm aumentando sua participação relativa na produção estadual, definindo-se por corporações com escala de produção para atender o mercado nacional (TRINTIN, 89). Segundo aponta esse autor, 90, a participação do setor industrial, na geração da renda estadual, passou de 27,1%, em 1970, para 42,3% em 1980, enquanto o setor agrícola, com toda sua modernização, passou de 40%, em 1970, para 27,5% em 1980, acusando perda da importância relativa.

Especialmente, o Estado desenvolveu e modernizou seu sistema de transportes, articulando todo o Território, orientando o eixo da polarização econômica, outrora para o vizinho Estado de São Paulo, para a capital paranaense e Porto de Paranaguá, como revela a Figura 7.

Segundo ROLIM, 67, o processo de desenvolvimento recente da indústria paranaense revela duas tendências:

"(...) a transformação da sua estrutura em direção às atividades mais modernas e dinâmicas e a concentração dessas atividades na Região Metropolitana de Curitiba".

Dessa forma, a tendência da grande parcela de retirantes do interior, espoliados, sobretudo, do trabalho na agricultura, face sua modernização, nela incluída a substituição de culturas - em especial da cafeicultura pelo sistema soja-trigo - foi de migrar à região metropolitana de Curitiba, à procura de emprego.

SITUAÇÃO DA REDE VIÁRIA PERMANENTE DO PARANÁ EM 1990

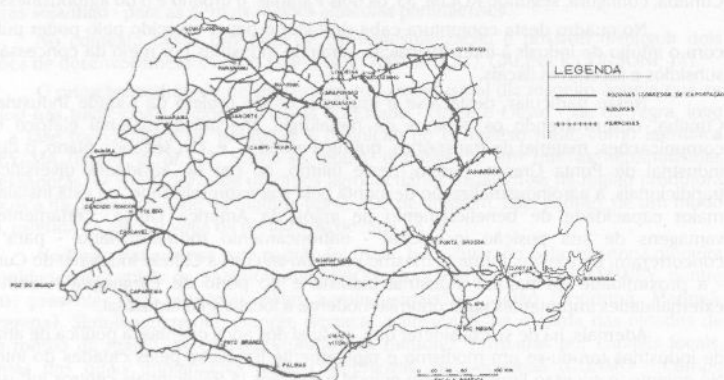


FIGURA 7
FONTE: MORO 28
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

Não é sem razão que a região metropolitana de Curitiba, durante as décadas de 70 e 80, situou-se entre aquelas de maior crescimento demográfico do país, respectivamente, primeira e segunda.

Todo o processo dinâmico de modernização da economia paranaense, desencadeado a partir dos anos setentas, nele incluído a modernização da agricultura, o desenvolvimento da agroindustrialização e o desenvolvimento dos setores industriais modernos - não vinculados ao setor agropecuário -, concorreu para modificar, substancialmente, o quadro espacial da distribuição da população estadual, seu crescimento e sua situação rural-urbana, como será visto nos capítulos seguintes.

5. A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE

Efetivamente, no século XX, como já assinalamos, é a partir de meados dos anos 30 até o final dos anos 60 que a população do Estado do Paraná passou por um notável crescimento (Tabela 11).

Este período, excepcional, coincide justamente, com o momento histórico da colonização e ocupação econômica dos vazios demográficos do Norte, Sudoeste e Oeste do Estado.

No Norte do Paraná, a colonização moderna, a partir da década de 30, rapidamente, ocuparia as terras novas entre os rios Tibagi e Paraná. No curto espaço de 30 anos, as férteis "terras roxas" do Norte Central Paranaense e os solos arenosos do Noroeste Paranaense foram ocupados por milhares de lavouras de café, caracterizando um verdadeiro mar verde. Este, como de certo modo seria inevitável, em muitos locais, gradativamente, extravasou para as regiões circunvizinhas do Centro Ocidental e do Oeste Paranaense. Assim, um formidável contingente humano constituído, sobretudo, por paulistas, fluminenses, mineiros e nordestinos vieram engrossar a população do Paraná, concorrendo para elevar, especialmente, o efetivo da população rural (Tabela 12).

No Sudoeste e Oeste Paranaense, a corrente migratória sulista, integrada pelo extravasamento dos excedentes populacionais das antigas colônias alemãs e italianas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, basicamente, caracterizou a ocupação dessas regiões.

TABELA 11. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE, AUMENTO NO PERÍODO E TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL, ENTRE 1872 E 1991

ANO DO RESENSEAMENTO	POPULAÇÃO TOTAL	AUMENTO NO PERÍODO INTERCENSITÁRIO	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
1872	126.722	-	-
1890	249.491	122.769	5,38
1900	327.136	77.645	3,11
1920	683.711	358.575	5,48
1940	1.236.276	550.565	4,01
1950	2.115.547	879.271	7,11
1960	4.296.375	2.180.728	10,30
1970	6.997.682	2.701.307	6,28
1980	7.749.752	752.070	1,07
1991	8.443.299	693.547	0,81

FONTE: I.B.G.E., p. 146, 147.
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

TABELA 12. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE, PORCENTAGEM SOBRE O BRASIL, URBANA E RURAL À ÉPOCA DOS RESENSEAMENTOS GERAIS DE 1940 A 1991

RESENSEAMEN TOS GERAIS	POPULAÇÃO TOTAL	PORCENTAGEM SOBRE O BRASIL	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%
1940	1.236.276	3,00	302.272	24,45	934.004	75,55
1950	2.115.547	4,07	528.288	24,97	1.587.259	75,03
1960	4.296.375	6,05	1.327.982	30,91	2.968.393	69,09
1970	6.997.682	7,40	2.546.899	36,40	4.450.783	63,60
1980	7.749.752	6,40	4.566.755	58,93	3.182.997	41,07
1991	8.443.299	5,75	6.192.976	73,35	2.250.323	26,65

FONTE: I.B.G.E., p. 146, 147 e 150.
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

Embora a ocupação, moderadamente, já tivesse se iniciado na década de 20, é a partir de 1950 que apresenta as características de um fluxo migratório, passando o gaúcho a ser o elemento humano predominante (WACHOWICZ¹⁹, *apud* DIAS, p. 30).

No geral, ocupado o Sudoeste, este serviu como "cabeça de ponte" para a colonização do Oeste, que até o final dos anos 60, tem sua ocupação praticamente concluída. Nessas duas regiões a estrutura fundiária está genericamente assentada na pequena propriedade. No Sudoeste, devido, principalmente, à presença do tradicional modelo de colonização, trazido pelos sulistas – o "lote colonial familiar", identificado com a pequena propriedade (PADIS, p. 94). No Oeste, a pequena propriedade é, sobretudo, o resultado da forma de atuação das companhias imobiliárias, com a implantação de projetos de loteamentos, priorizando a pequena propriedade. Ademais, tanto MENDES, como FAUSTO²⁰, *apud* DIAS, p. 29, vêem vinculações desta colonização com as reformas engendradas, a partir de 1930, pelo governo Vargas.

Deste modo, da mesma forma que ocorreu no Norte do Paraná, o fluxo migratório ao Sudoeste e Oeste Paranaense concorreu para elevar o efetivo da população rural (Tabela 12).

A análise conjugada das Tabelas 11 e 12 revela que o período áureo de crescimento da população paranaense deu-se entre 1940 e 1970, sobremaneira do seu efetivo rural.

O crescimento da população paranaense, portanto, é, em grande parte, resultado das correntes migratórias nacionais. Como estas dirigiam-se para os sertões demográficos, colonizando, basicamente, as áreas rurais, pois a maioria dos imigrantes ocupavam-se de atividades agropecuárias, foi o efetivo da população rural que conheceu o excepcional crescimento, até o final da década de 60.

Generalizando, observa-se que população paranaense, até o início da década de 70, tinha uma base rural, superando em muito o contingente urbano. As raízes desta situação encontram-se na história de sua economia. Tradicionalmente, pelo menos até 1975, fundamentada em atividades ligadas ao mundo rural, definida nos ciclos econômicos da mineração do tropeirismo, da erva-mate, da madeira e, por último, do café.

Durante a década de 70, embora amenamente já presente ao final da década de 60, o ímpeto de crescimento da população paranaense é quebrado e sua situação urbano-rural investe-se. Pela primeira vez, neste século, a população urbana superaria a rural (Tabelas 11 e 12).

Impressionante é o ritmo acelerado dessa transformação, prosseguindo, pela década seguinte, se bem que, de forma mais atenuada.

As causas para isto estão presentes no processo de modernização da agricultura do Estado, com todo o seu corolário, implantada durante os anos 70, a partir do Norte do Estado. Aí, como já vimos, as constantes geadas, além de outros fatores, tiveram um peso considerável no processo, contribuindo, sobremaneira ao êxodo rural.

É justamente a magnitude deste êxodo rural que afeta o crescimento da população paranaense, como atestam os dados da Tabela 11.

No caso paranaense, parte considerável dos retirantes do campo dirigiram-se a outros Estados da federação, notadamente às fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte e à região metropolitana da capital paulista. Da mesma forma, é significativo o contingente que se deslocou para as terras agrícolas, lindeiras ao rio Paraná, no vizinho país do Paraguai, concorrendo na formação dos "brasil-guaíes".

Outrossim, há, ainda, um numeroso conjunto de retirantes que se dirigiram, preferencialmente, às cidades, pólos regionais, como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, dentre outras, e as suas cidades satélites, e, com maior fluxo, à região metropolitana da capital paranaense. Esta, por sinal, no

¹⁹ WACHOWICZ, R.C. Paraná. Sudoeste: Ocupação e colonização. Curitiba, Vicentina, 2ª ed., 1987.

²⁰ FAUSTO, B. Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988.

período de 1970 a 1980, dentre as brasileiras, foi a que apresentou a maior taxa média geométrica de crescimento anual – 5,78. Para o período de 1980 a 1991, permanece entre as mais elevadas, acusando 3,02% (I.B.G.E., p. 23).

Nos pólos regionais das tradicionais regiões agrícolas do Estado, assim como nas suas cidades satélites, os retirantes do campo que aí permaneceram, na sua grande maioria, transformaram-se em “bóias-frias”. Portanto, habitantes urbanos e trabalhadores agrícolas em serviços temporários e ocasionais. Constituem aquela parcela da população denominada, por SANTOS, p. 31, de população agrícola.

A análise das Figuras 8 e 9 permite avaliar com clareza a amplitude e a velocidade das transformações por que passou a população paranaense.

Generalizando, os dados revelam que a população paranaense após passar por um excepcional período de crescimento, entre 1940 e 1970, entre num não menos excepcional período de retração, entre 1970 e 1991, quando as taxas médias geométricas de crescimento anual acusam, respectivamente, 0,96% para a década de 70 e 0,90% para a de 80 (I.B.G.E., p. 18).

No entanto, convém ressaltar que a admirável grandeza e velocidade do êxodo rural no Norte do Paraná – pólo da cafeicultura estadual –, concorreram, notadamente, para afetar o crescimento e a situação urbana-rural da população paranaense, como permitem avaliar as Figuras 8 e 9.

Assim, está claro que a intensidade do fenômeno não foi homogêneo espacialmente. Isto conduz a uma nova espacialização da população paranaense, a nível das suas mesorregiões geográficas, como será visto a seguir.

6. DINÂMICA ESPACIAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE DURANTE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980

6.1. Mobilidade Espacial Mesorregional

Dentro do quadro em que estamos conduzindo o estudo da mobilidade espacial da população paranaense - a modernização da agricultura -, observa-se que, no período de 20 anos - 1970/1991, a população total do Norte do Paraná - a mais tradicional e importante região agrícola do Estado, diminuiu em 436.555 habitantes. Genericamente, como revela a Tabela 13, todas as mesorregiões do Norte do Estado perderam população, salvo a do Norte Central Paranaense que, entre 1980 e 1991, conheceu um ligeiro aumento de 173.511 habitantes. Seguramente relacionado com a presença de uma rede urbana bem estruturada, onde despontam pólos urbanos regionais como Londrina, Maringá e Apucarana.

No Norte do Paraná, os efeitos do processo de modernização da agricultura, com todo seu corolário, incluído aí as geadas e a legislação social, sobre a dinâmica vertical e espacial da população, foram demograficamente prejudiciais. Em razão de que o Norte Paranaense era a área “core” da cafeicultura estadual, com o emprego intensivo de mão-de-obra rural.

Assim, entre 1970 e 1990, o Norte do Paraná conheceu a redução e a inversão da situação urbano-rural da sua população (Figura 10 e Tabela 13).

Afora a mesorregião Metropolitana de Curitiba, nas demais mesorregiões do Estado, o desenvolvimento numérico da população pode ser considerado normal no período em análise. No entanto, na década de 70, o Sudoeste acusa um ligeiro declínio de sua população em razão, sobretudo, da colonização do Oeste-Paranaense. Na década de 80, os efeitos da modernização agrícola são mais acentuados nas mesorregiões do Oeste,

Sudoeste e Centro-Sul Paranaense, porque aí sua efetivação manifestou-se com maior intensidade nessa década (Tabela 13 e Figura 11).

BRASIL - PARANÁ

Dinâmica da taxa de urbanização: 1940 - 1991

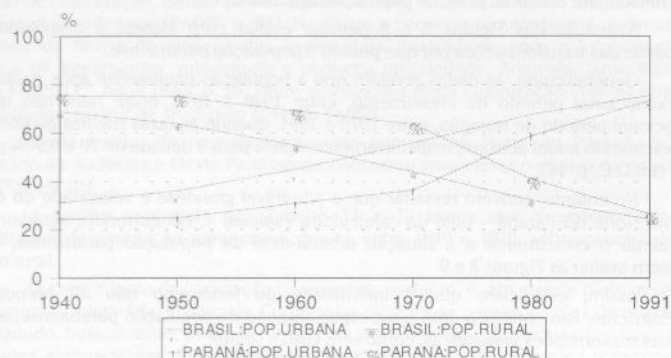


Figura 8. Fonte: I.B.G.E. 35, P.150. Organizador: Moro, D. A.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE E NORTE-PARANAENSE

ENTRE 1970 E 1991

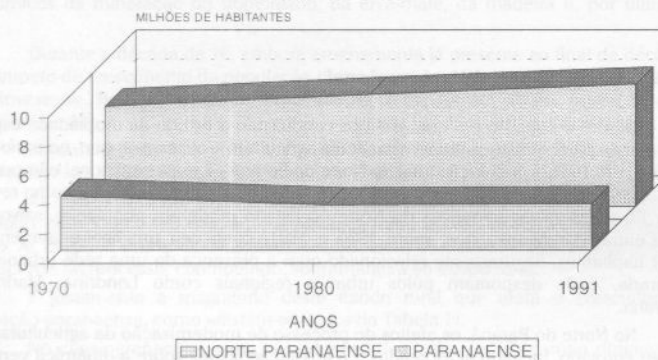


Figura 9. Fonte: I.B.G.E. 35, P.150. ORGANIZADOR: MORO, D. A.

Quanto à região Metropolitana de Curitiba, o crescimento do efetivo populacional foi excepcional em todo o período, certamente, em grande parte às expensas de suas congêneres do interior.

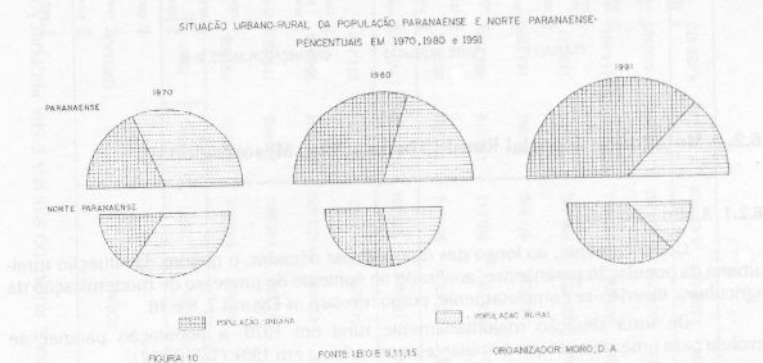
Por outro lado, com respeito à situação urbano-rural da população, a Tabela 13 revela que, regra geral, todas as mesorregiões do Estado, exceto a mesorregião Metropolitana de Curitiba, conheceram uma inversão desta situação. Resultado do êxodo rural e conseqüente urbanização, mais intensa, nos anos 70, no Norte e Oeste do Estado e,

de um modo geral, ligeiramente menos intenso, durante os anos 80. A região Metropolitana de Curitiba foge à regra porque embora tenha conhecido um expressivo crescimento populacional, o efetivo de sua população urbana já era superior ao rural em 1970.

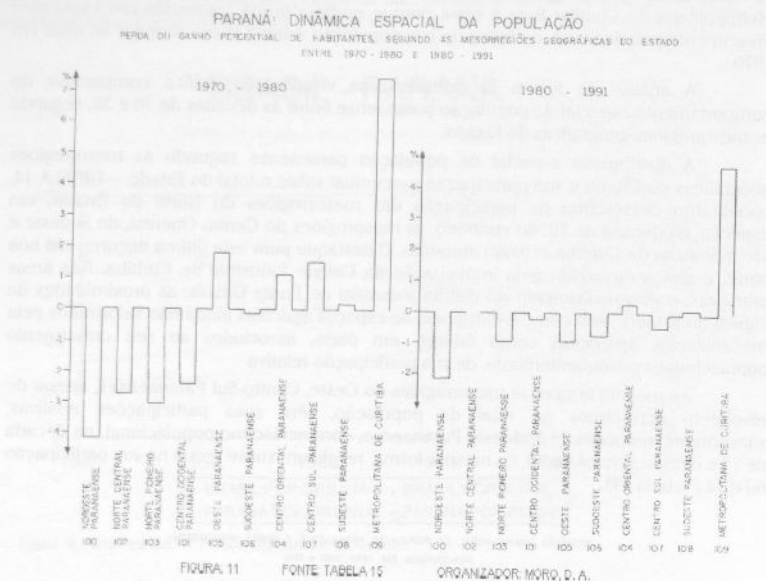
A análise da Figura 11 permite uma visualização gráfica comparativa do comportamento espacial da população paranaense entre as décadas de 70 e 80, segundo as mesorregiões geográficas do Estado.

A distribuição espacial da população paranaense segundo as mesorregiões geográficas do Estado e sua participação percentual sobre o total do Estado – TABELA 14, aponta um decréscimo na participação das mesorregiões do Norte do Estado, em especial, na década de 70. Ao contrário, as mesorregiões do Centro Oriental, do Sudeste e Metropolitana de Curitiba acusam aumento. O destaque para esta última decorre, em boa parte, a atração exercida pela implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Nas áreas primeiras, o desenvolvimento do distrito industrial de Ponta Grossa; as proximidades da capital do Estado, bem como a existência de espaços agrícolas ainda não valorizados pela mecanização, aparecem como fatores, em parte, associados ao seu crescimento populacional, conseqüentemente, de sua participação relativa.

Ao mesmo tempo, as mesorregiões do Oeste, Centro-Sul Paranaenses, apesar de revelarem acréscimos no total da população, têm suas participações relativas, suavemente, recuadas. O Sudoeste Paranaense, com acréscimo populacional, na década de 70 e decréscimo na de 80, da mesma forma, revela um suave recuo na sua participação relativa (Tabela 14).



No geral, está claro que a queda verificada na participação relativa entre as mesorregiões geográficas paranaenses, sobre o total da população do Estado, foi bem mais expressiva no Norte do Estado, em virtude da magnitude do seu esvaziamento demográfico. A análise conjugada das Figuras 11 e 12 permite avaliar o comportamento da mobilidade espacial da população e sua participação relativa, a nível mesorregional, no conjunto do Estado. Ambas comprovam que o esvaziamento populacional afetou as áreas onde a população rural era mais densa – as antigas zonas cafeeiras do Norte do Estado, provocando sensível queda na sua participação estadual, reduzindo sua importância em termos demográficos.



6.2. A Mobilidade Espacial Rural-Urbana a Nível Meso-regional

6.2.1. A Situação Rural

Genericamente, ao longo das duas últimas décadas, o quadro da situação rural-urbana da população paranaense, analisado no contexto do processo de modernização da agricultura, inverteu-se completamente, como revelam as Figuras 7, 8 e 10.

De uma situação majoritariamente rural em 1970, a população paranaense evoluiu para uma situação predominantemente urbana em 1991 (Tabela 12).

No entanto, regionalmente, a intensidade e a dinâmica do processo não foi homogênea (Tabela 13 e 14). Fogem à regra a mesorregião Metropolitana de Curitiba e a mesorregião Centro Oriental Paranaense (Tabelas 13, 14 e 15). A primeira, já em 1970, apresentava uma elevada taxa de urbanização, em contínua e expressiva elevação. A segunda, também, já possuía a população urbana ligeiramente superior a rural – típico das áreas campestres, com forte presença da pecuária extensiva. Aí, a taxa de urbanização prosseguiu acentuadamente vigorosa (Tabela 13).

Os cartogramas apresentados na Figura 13, permitem uma avaliação temporoespacial da evolução da densidade da população rural.

TABELA 13. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO PARANÁ E SUA PROPORÇÃO PERCENTUAL SOBRE O TOTAL, EM 1970, 1980 E 1991, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	TOTAL			URBANA			RURAL			PROPORÇÃO SOBRE O TOTAL					
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	URBANA			RURAL		
										70	80	91	70	80	91
100 M. do Noroeste Paranaense	962.798	746.472	655.304	253.507	360.966	441.752	709.291	385.506	213.552	26,3	48,4	67,4	73,7	51,6	32,6
101 M. do Centro Ocidental	546.387	415.222	445.905	101.638	170.450	293.324	444.689	244.772	152.581	18,6	41,1	65,8	81,4	58,9	34,2
102 M. do Norte Central	1.521.550	1.459.089	1.632.600	607.504	964.444	1.332.449	914.046	494.645	300.151	39,9	66,1	81,6	60,1	33,9	18,4
103 M. do Norte Pioneiro	704.201	571.679	554.572	208.124	271.153	356.259	496.077	300.526	198.313	29,6	47,4	64,2	70,4	52,6	35,8
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	3.734.936	3.192.462	3.288.381	1.170.833	1.767.013	2.423.784	2.564.103	1.425.449	864.597	31,3	55,3	73,7	68,7	44,7	26,3
104 M. do Centro Oriental	355.253	472.643	546.914	182.633	287.542	404.127	172.620	185.101	142.787	51,4	60,8	73,9	48,6	39,2	26,1
105 M. do Oeste Paranaense	752.433	960.709	990.517	149.516	484.504	716.857	602.917	476.205	273.660	19,9	50,4	72,4	80,1	49,6	27,6
106 M. do Sudoeste Paranaense	450.540	487.205	477.993	79.056	143.270	225.600	371.484	343.955	252.393	17,5	29,4	47,2	82,5	70,6	52,8
107 M. centro Sul Paranaense	331.630	475.721	500.442	80.668	182.337	241.601	250.962	293.384	258.841	24,3	38,3	48,3	75,7	61,7	51,7
108 M. do Sudeste Paranaense	267.830	302.521	348.335	74.808	114.461	153.830	193.022	188.060	194.505	27,9	37,8	44,2	72,1	62,2	55,8
109 M. Metropolitana de Curitiba	1.050.813	1.709.228	2.306.856	765.696	1.479.346	2.073.506	285.117	229.882	233.350	72,9	86,5	89,9	27,1	13,5	10,1
TOTAL DO PARANÁ	6.943.435	7.600.489	8.459.438	2.503.210	4.458.473	6.239.305	4.440.225	3.142.016	2.220.133	36,1	58,7	73,8	63,9	41,3	26,2

FONTE: IBGE

ORGANIZADOR: MORO, D. A.

TABELA 14 - 1ª Parte. DINÂMICA ESPACIAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE ENTRE 1970 E 1991, TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO E PERDAS E GANHOS NA SUA PARTICIPAÇÃO

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO TOTAL				POPULAÇÃO URBANA			
	1970	%*	1980	%*	1991	%*	1970	%*
100 M. Noroeste Paranaense	962.798	13,9	746.472	9,8	655.304	7,7	253.507	10,1
101 M. Centro Ocidental Paranaense	546.387	7,9	415.222	5,3	445.905	5,3	101.698	4,1
102 M. Norte Central Paranaense	1.521.550	21,9	1.459.089	19,2	1.632.600	19,2	607.504	24,3
103 M. Norte Pioneiro Paranaense	704.201	10,5	571.679	7,5	554.572	6,6	208.124	8,3
104 M. Centro Oriental Paranaense	355.253	5,1	472.643	6,2	546.914	6,5	182.633	7,3
105 M. Oeste Paranaense	752.433	10,8	960.709	12,6	990.517	11,7	149.516	6,0
106 M. Sudoeste Paranaense	430.540	6,5	487.205	6,4	477.993	5,7	79.056	3,1
107 M. Centro Sul Paranaense	331.630	4,8	475.721	6,3	500.442	5,9	80.668	3,2
108 M. Sudeste Paranaense	267.830	3,8	302.521	4,0	348.335	4,1	74.808	3,0
109 M. Metropolitana de Curitiba	1.050.813	15,1	1.709.228	22,5	2.306.856	27,3	765.696	30,6
TOTAL DO PARANÁ	6.943.435	100	7.600.489	100	8.459.438	100	2.503.210	100

TABELA 14 - 2ª Parte. DINÂMICA ESPACIAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE ENTRE 1970 E 1991, TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO E GANHOS NA SUA PARTICIPAÇÃO (Cont.)

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO RURAL						70/80**			80/91**		
	1970	%*	1980	%*	1991	%*	T	U	R	T	U	R
100 M. Noroeste Paranaense	709.291	16,0	385.506	12,3	213.552	9,6	-4,1	-2	-3,7	-2,1	-1	-2,7
101 M. Centro Ocidental Paranaense	444.689	10,0	244.772	7,8	152.581	6,9	-2,4	-0,3	-2,2	-0,2	+0,9	-0,9
102 M. Norte Central Paranaense	914.046	20,6	494.645	15,7	300.151	13,5	-2,7	-2,7	-4,9	-	-0,3	-2,2
103 M. Norte Pioneiro Paranaense	496.077	11,1	300.526	9,5	198.313	8,9	-3	-2,2	-1,5	-0,9	-0,4	-0,7
104 M. Centro Oriental Paranaense	172.620	3,9	185.101	5,9	142.787	6,4	+1,1	-0,9	+2	+0,3	+0,1	+0,5
105 M. Oeste Paranaense	602.917	13,6	476.205	15,1	273.660	12,3	+1,8	+4,9	+1,5	-0,9	+0,6	-2,8
106 M. Sudoeste Paranaense	371.484	8,4	343.935	11,0	252.393	11,4	-0,1	+0,1	+2,6	-0,7	+0,4	+0,4
107 M. Centro Sul Paranaense	250.962	5,7	293.384	9,3	258.841	11,7	+1,5	+0,9	+3,6	-0,4	-0,2	+2,4
108 M. Sudeste Paranaense	193.022	4,3	188.060	6,0	194.505	8,8	+0,2	-0,4	+1,7	+0,1	-0,1	+2,8
109 M. Metropolitana de Curitiba	285.117	6,4	229.882	7,3	233.350	10,5	+7,4	+2,6	+0,9	+4,8	-	+3,2
TOTAL DO PARANÁ	4.440.225	100	3.142.016	100	2.220.133	100						

* Participação de cada mesorregião sobre a população do Estado.

** Perdas ou ganhos na participação

FONTE: IB.G.E.

ORGANIZADOR: MORO, D. A.

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO
 VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS
 SOBRE A POPULAÇÃO DO ESTADO ENTRE 1970 - 1980 E 1980 - 1991

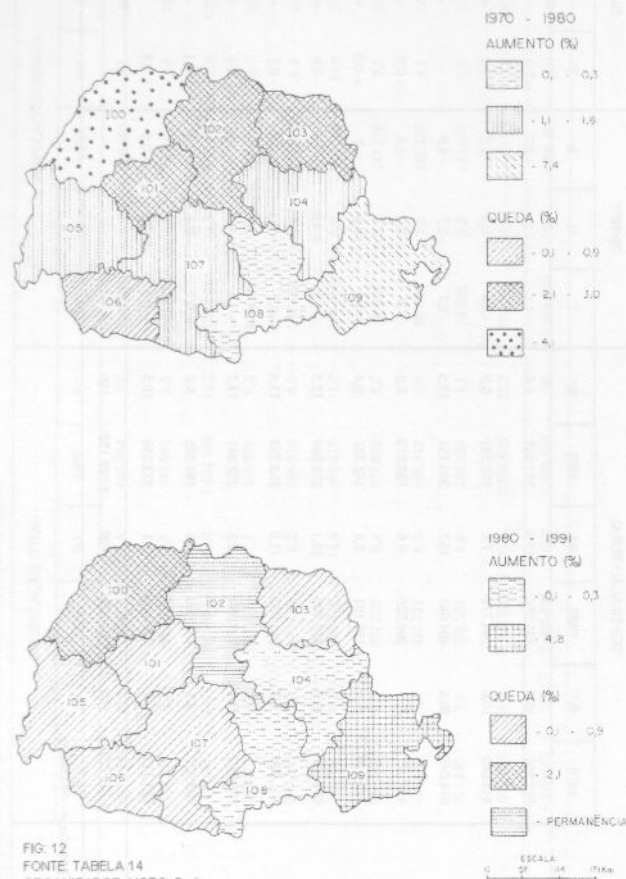


FIG. 12
 FONTE: TABELA 14
 ORGANIZADOR: MORO, D. A.

Durante a década de 70, foram as regiões Norte e Oeste do Estado que passaram por notável queda na densidade de sua população rural. Segue-se-lhes, em segundo plano, com uma redução mais leve a mesorregião Metropolitana de Curitiba. Nas mesorregiões do Sudoeste, do Centro Oriental e do Sudeste Paranaenses a estabilidade foi a norma geral. No entanto, a mesorregião do Centro Sul Paranaense foi a única a conhecer um pequeno aumento em sua densidade demográfica (Figura 13 e Tabela 15). Isto se deve, em parte, a disponibilidade de terras ainda não valorizadas pela mecanização agrícola. Estas, em certa medida serviram de refúgio para os retirantes rurais das regiões vizinhas.

De forma semelhante, na década de 80, o fenômeno de redução da densidade da população rural prossegue, embora apresentem-se, no geral, mais ameno. Apenas as mesorregiões do Sudeste, do Centro Oriental e Metropolitana de Curitiba revelam estabilidade com relação à década anterior (Figura 13 e Tabela 15).

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO
DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL EM 1970, 1980, 1991,
SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO.

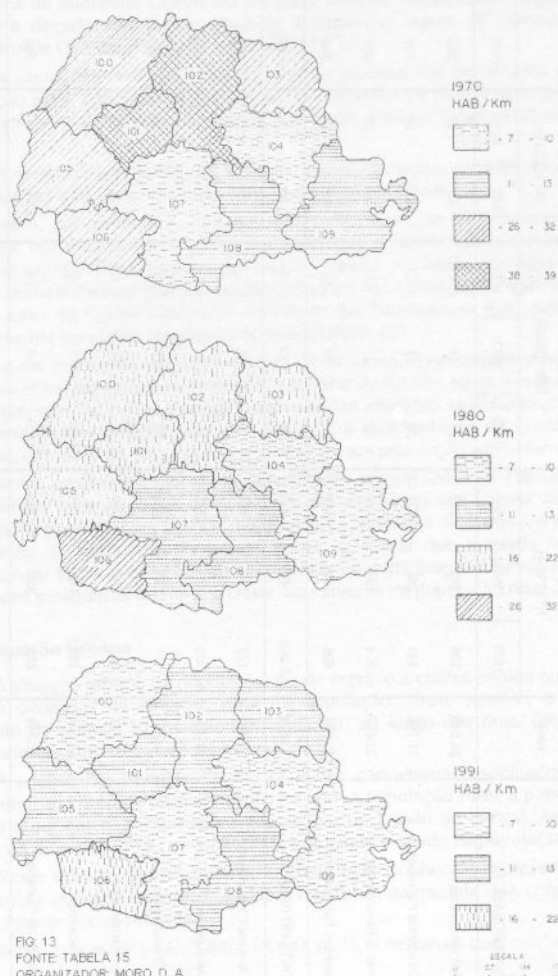


FIG. 13
FONTE: TABELA 15
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

TABELA 15. DINÂMICA ESPACIAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE ENTRE 1970 E 1991, POPULAÇÃO RURAL: DENSIDADE, GANHOS E PERDAS; POPULAÇÃO URBANA: GANHOS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA km²	POPULAÇÃO RURAL							% GANHOS		POPULAÇÃO URBANA			GANHOS % 70/91
		Nº (1.000)			DENSIDADE				OU PERDAS		Nº (1.000)			
		1970	1980	1991	1970	1980	1991	70/80	80/91	1970	1980	1991		
100	Noroeste Paranaense	24.540	709	385	213	29	16	9	-45	-44	253	361	442	75
101	Centro Ocidental Paranaense	11.786	444	245	152	38	21	13	-45	-38	101	170	293	190
102	Norte Central Paranaense	23.658	914	494	300	39	21	13	-46	-38	607	964	1.332	119
103	Norte Pioneiro Paranaense	15.594	496	300	198	32	19	13	-41	-32	208	271	356	71
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ		75.578	2.563	1.424	863	34	19	12	-44	-37	1.169	1.766	2.423	107
104	Centro Oriental Paranaense	21.992	172	185	143	8	8	7	-	-13	182	287	404	122
105	Oeste Paranaense	23.020	603	476	273	26	21	12	-9	-43	149	484	717	381
106	Sudoeste Paranaense	11.762	371	344	252	32	29	22	-19	-24	79	143	225	185
107	Centro-Sul Paranaense	27.532	251	293	259	9	11	9	+22	-18	80	182	241	201
108	Sudeste Paranaense	17.001	193	188	194	11	11	11	-	-	75	114	154	105
109	Metropolitana de Curitiba	22.344	285	230	233	13	10	10	-23	-	766	1.479	2.073	171
TOTAL DO PARANÁ		199.229	4.438	3.140	2.217	22	16	11	-27	-31	2.500	4.455	6.237	149

FONTE: IBGE
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

As maiores perdas na densidade da população rural, durante a década de 70, verificaram-se nas tradicionais áreas cafeeiras do Norte do Estado, seguidas pelas regiões agrícolas do Oeste e Sudoeste Paranaenses, além da Metropolitana de Curitiba. Os ganhos, moderadamente expressivos, ocorreram no Centro Sul Paranaense (Figura 14 e Tabela 15).

A década de 80, por sua vez, aponta que as perdas mais significativas na densidade da população rural prosseguiram, novamente, no Norte do Estado, agora, acompanhado pelo Oeste. Em segundo plano, com perdas de até 25%, aparecem as mesorregiões do Sudoeste, Centro Sul e Centro Oriental Paranaenses. A estabilidade, já presente, na década anterior, no Sudeste Paranaense, agora se estendem à região Metropolitana de Curitiba (Figura 14 e Tabela 15).

As alterações verificadas, na distribuição espacial das densidades demográficas da população rural, concorreram para provocar variações na participação percentual das mesorregiões geográficas sobre o total da população rural do Estado (Tabela 14 e Figura 15).

Os cartogramas espelhados à Figura 15 demonstram a espacialização percentual dessas variações à nível das microrregiões geográficas do Estado.

Assim, concretamente, durante a década de 70, as mesorregiões geográficas afetadas por um declínio acentuado na participação relativa foram, coincidentemente, aquelas que compunham a tradicional região cafeeira – o Norte do Estado. Em contrapartida, as demais mesorregiões geográficas tiveram sua participação relativa aumentada, exceto no caso do Centro Oriental e do Centro Sul Paranaenses que, paradoxalmente, tiveram aumento no efetivo da população rural (Tabela 14).

Da mesma forma, durante a década de 80, as variações negativas na participação relativa concentraram-se nas mesorregiões do Norte do Estado, agora acompanhadas pelo Oeste Paranaense. Em contra-posição, verifica-se um aumento na participação relativa das demais mesorregiões geográficas, com destaque à Metropolitana de Curitiba e Sudeste Paranaense, em razão do pequeno crescimento de sua população rural (Tabela 14).

Numa perspectiva global, os cartogramas apresentados às Figuras 13, 14 e 15 demonstram as conseqüências demográficas das mudanças nas formas de uso do solo, bem como, da penetração e avanço das relações capitalistas de produção no campo, via modernização da agricultura. Permitem, assim, constatar que a queda no número da população rural implica na perda de importância da participação relativa, sobretudo, das mesorregiões geográficas do Norte e Oeste, no conjunto da população rural do Estado.

6.2.2. A Situação Urbana

A situação urbana da população, via de regra, é a contra-partida ou o reflexo das mudanças ocorridas na situação rural da população. Neste sentido, o processo de urbanização da população paranaense, verificado ao longo das duas últimas décadas, representa um exemplo concreto dessa realidade.

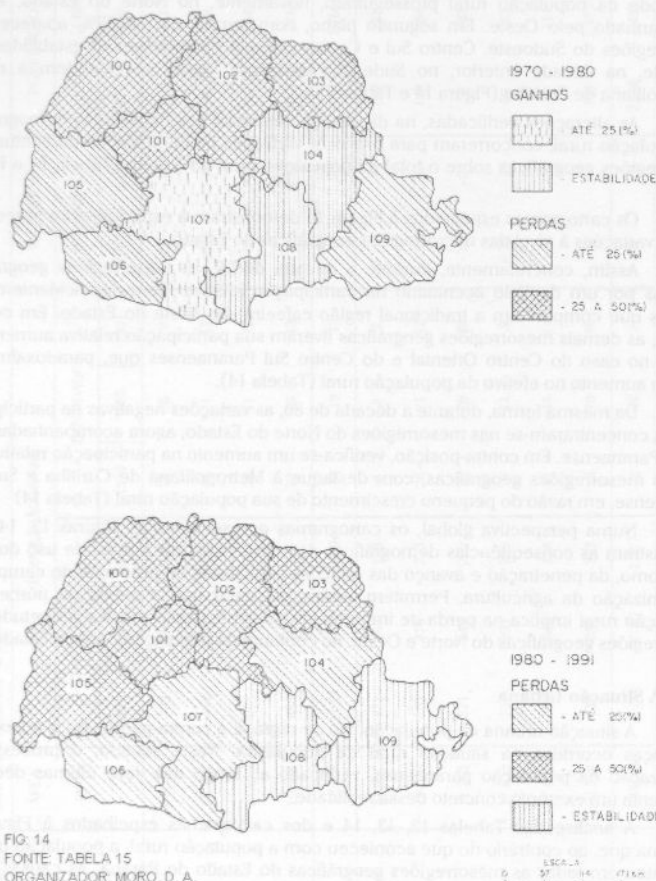
A análise das Tabelas 12, 13, 14 e dos cartogramas espelhados à Figura 16 confirma que, ao contrário do que aconteceu com a população rural, a população urbana aumentou em todas as mesorregiões geográficas do Estado do Paraná. As causas deste aumento, via de regra, são as mesmas que produziram a queda da população rural.

Neste sentido, genericamente, a urbanização conhecida representa o resultado das mudanças que ocorreram nas atividades agrárias, na medida que concorreram para forçar a migração campo-cidade.

Sobre este aspecto, ALEGRE e MORO, p. 63, observaram que:

"A mudança das relações de trabalho da mão-de-obra permanente para a temporária, evidencia melhor a característica da cidade como refúgio, alternativa, para grande parte dos desempregados do campo. É considerável, hoje, o número de habitantes da cidade, tidos como urbanos mas que constituem a mão-de-obra para as atividades temporárias do campo".

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL: 1970 - 1980 E 1980 - 1991.
GANHOS E PERDAS NA DENSIDADE, SEGUNDO AS
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO



De outro modo, não se pode deixar de lado a tendência universal de urbanização da humanidade. Ainda mais no Brasil, em razão, sobretudo, das péssimas condições de vida para os habitantes do campo, em todas as dimensões do cotidiano. Ademais, há que se considerar, principalmente, a melhoria dos meios de circulação - estradas, veículos - que possibilitam mesmo ao trabalhador permanente, proprietários e outros ocupados com as lides do campo, residirem na cidade (ALEGRE e MORO, p. 64).

PARANÁ MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO

VARIACÃO NA PARTICIPAÇÃO SOBRE
O TOTAL DA POPULAÇÃO RURAL DO ESTADO
ENTRE 1970 - 1980 E 1980 - 1991, SEGUNDO AS
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO

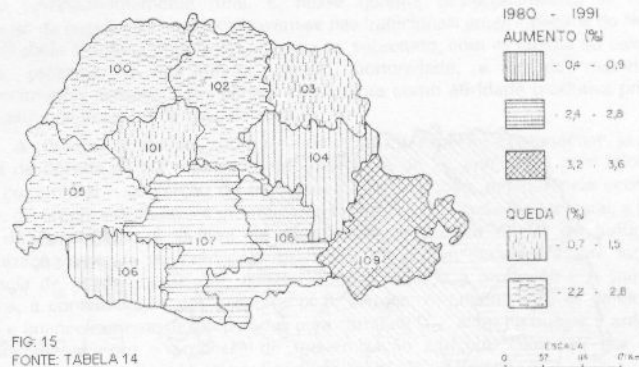


FIG. 15
FONTE: TABELA 14
ORGANIZADOR: MORO, D. A.

Neste contexto, a análise da mobilidade espacial da população urbana, paranaense, durante a década de 70, vista sob o ângulo da variação na participação relativa das mesorregiões geográficas sobre o seu total, revela que a queda na participação localizou-se, sobretudo, nas mesorregiões cafeicultoras do Norte do Estado, seguidas pelas do Centro Oriental e Sudeste Paranaenses, identificadas, até então, pela forte presença da pecuária (Tabela 14 e Figura 16).

Ao contrário, os aumentos na participação acentuaram-se, em especial, na mesorregião do Oeste Paranaense – na oportunidade, em fase de efetivação de sua ocupação –, seguida pela Metropolitana de Curitiba – na época, em processo de implantação da Cidade Industrial de Curitiba – e, por fim, em níveis razoáveis nas mesorregiões do Sudoeste e Centro-Sul Paranaenses (Tabelas 14 e Figura 16).

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO
 VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO SOBRE O
 TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESTADO
 ENTRE 1970 - 1980 E 1980 - 1991, SEGUNDO
 AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO

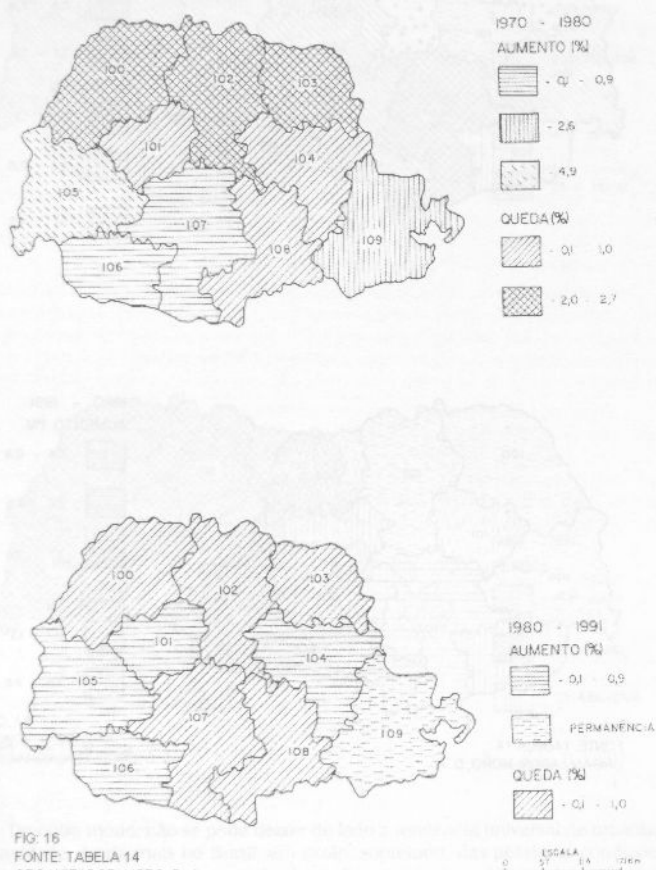


FIG. 16
 FONTE: TABELA 14
 ORGANIZADOR: MORO, D. A.

Ao longo da década de oitenta, a queda na participação relativa das mesorregiões geográficas sobre o total da população urbana do Estado, agora, com variações percentuais baixos, localizou-se, novamente, nas mesorregiões do Norte do Estado –

excluída a do Centro Ocidental –, e no Centro Sul e Sudeste Paranaenses. Por outro lado, os aumentos na participação relativa ocorreram nas mesorregiões geográficas do Oeste, Sudoeste, Centro Ocidental e Centro Oriental Paranaenses, enquanto a Metropolitana de Curitiba acusa estabilidade (Tabela 14 e Figura 16).

Muito embora os valores das variações percentuais, durante a década de oitenta, sejam modestas, não impediram que o processo de queda da participação relativa do norte-paranaense no conjunto da população urbana do Estado prosseguisse, embora de forma mais amena em relação à década anterior.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, os elementos estatísticos deixaram claro que as mudanças substanciais na espacialização da população paranaense, bem como, na dinâmica do seu crescimento deram-se durante a década de 70, prosseguindo, de modo mais atenuado, pela década seguinte, respeitando as especificidades regionais.

Historicamente, as bases do povoamento e ocupação econômica do Estado do Paraná assentam-se nas atividades econômicas ligadas ao setor primário e, por isso mesmo, localizadas no meio rural – ciclo da mineração, ciclo do tropeirismo, ciclo da erva-mate, ciclo da madeira, ciclo do café e, com gênese durante a década de 70, o ciclo da policultura e agroindustrialização. Este último, acompanhado, simultaneamente por um processo de industrialização, localizado nos principais centros urbanos, com destaque especial à capital do Estado com a implantação do projeto da Cidade Industrial de Curitiba.

Desse modo, de forma alguma poderia ser diferente do que o grosso da população paranaense, pelo menos até o início da década de 70, apresentavam uma situação predominantemente rural. E, nesse quadro, destacadamente, as maiores densidades da população rural localizavam-se nas tradicionais áreas cafeeiras do Norte do Estado (Tabela 15). Essa população ocupava-se, sobretudo, com as tarefas do calendário agrícola, próprias da cafeicultura. Nessa oportunidade, a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários tinha a cafeicultura como atividade produtiva principal, com a utilização intensiva de mão-de-obra.

A crise que se instalou sobre a cafeicultura, em especial a paranaense, já a partir do final da década de 60, mas sobretudo durante a de 70, conjugada com fatores: de ordem conjuntural – contração do mercado, super produção, dependência econômica externa; de ordem estrutural – a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, a política oficial de desestímulo à cultura de oleaginosas, a política oficial de indução da modernização agrícola via créditos subsidiados; de ordem circunstancial e local – a ocorrência de geadas quase que anuais, comprometendo a produção e a saúde dos cafeeiros, a contaminação dos cafeeiros pela “ferrugem”, encontrando os cafeicultores técnica e financeiramente despreparados para combatê-la –, além de outros, e articulada, simultaneamente com o processo de modernização agrícola, culminou por reduzir violentamente a área ocupada pela cafeicultura no Estado do Paraná.

Ora, como o pólo da cafeicultura estadual situava-se no Norte do Estado, é evidente que aí as mudanças decorrentes das transformações da agricultura, sobretudo quanto ao uso do solo, fossem notavelmente expressivos, em especial, a nível da estrutura fundiária e da distribuição espacial da população.

Tanto isto é verdade, que no aspecto fundiário, durante a década de 70, a redução no número de estabelecimentos rurais verificou-se maciçamente no Norte do Estado (Tabela 6). Da mesma forma, no aspecto demográfico, a redução da população rural, no Norte do Estado, superou o conjunto do Estado (Tabela 13), prosseguindo pela década seguinte de forma menos acelerada.

Com efeito, esses fatos, seguramente, concorreram para delinear um novo quadro espacial da população paranaense, notadamente quanto à participação relativa das mesorregiões geográficas sobre o total do contingente demográfico do Estado (Figura 17).

O Norte do Paraná, portanto, foi o palco central da intensidade desses acontecimentos. No primeiro ato o cenário (a paisagem) regional tinha a cafeicultura como atividade produtiva principal. No segundo ato o cenário (a paisagem) regional apresenta, segundo as especificidades das mesorregiões, a cultura associada da soja e trigo, pastagens e, em segundo plano, culturas de algodão, cana-de-açúcar, milho, café, dentre outras.

Assim, as causas da evolução da população paranaense, notadamente no seu comportamento espacial rural-urbano, bem como, quanto ao seu crescimento quantitativo, além da sua mobilidade espacial mesorregional, devem ser buscadas, fundamentalmente, em dois processos simultâneos e inter-relacionados: a substituição de culturas – em especial da cafeicultura pela cultura associada da soja e trigo; a modernização da agricultura, tendo, como ponto de partida, em primeiro plano o Norte do Estado, em segundo plano o Oeste e Sudoeste, seguidos pelos domínios campestres das mesorregiões do Centro Sul, Sudeste e Centro Oriental Paranaenses.

Genericamente, no transcurso desta realidade – geográfica, histórica, econômica e populacional – que procuramos analisar, ficou patente, além de outros, o processo de concentração da posse da terra, notadamente, quanto ao Norte do Paraná. Seguramente, à medida que este acentuou-se, milhares de pessoas viram-se expulsas do campo, tornando mais numeroso o fluxo do êxodo rural, aumentando o contingente dos marginalizados do progresso econômico, constituindo, na sua maioria, os subempregados, os “bóias-frias”, os sem-terra, os sem-teto, os desempregados etc..., agravando a questão social brasileira. Estes, à medida que se urbanizam acentuam os problemas sociais das cidades. Pois, face a velocidade do fenômeno, as cidades não tiveram tempo, nem recursos para se equiparem a fim de atender com decência os retirantes do campo, no que as principais cidades do Paraná constituem um bom exemplo.

Todavia, como já observamos, as mudanças no comportamento espacial e vertical da população paranaense não foram regionalmente homogêneas, porque, como vimos, encontram-se estreitamente vinculadas às mudanças estruturais na agricultura estadual.

Assim, nas mesorregiões que compõem o Norte do Estado, sobretudo durante a década de setenta, o processo de substituição de culturas e o processo de modernização da agricultura aconteceram concomitantemente. Houve casos em que a substituição de culturas trouxe a modernização agrícola quando o produtor rural, diante da crise da cafeicultura e da ocorrência seguida de geadas tinha sua lavoura de café completamente irrecuperável. Restava-lhe vender ou arrendar as terras a outrem que, via de regra, iria ocupá-las com o sistema agrícola de rotação de culturas soja-trigo, trazendo, assim, a modernização agrícola ou, renovar o cafezal – o que, no momento, não era viável economicamente – ou, ainda, erradicar o cafezal e substituí-lo pela cultura associada da soja e trigo, conduzindo, assim também, a modernização agrícola.

Noutra situação, diante da crise de mercado da cafeicultura, o produtor rural – via de regra cafeicultor – opta pela cultura associada da soja e trigo, optando pela modernização. Numa situação a substituição de culturas conduz a modernização agrícola e noutra situação a modernização agrícola determina a substituição de culturas. Esta, aparece, então, apenas como um aspecto do processo geral de modernização da agricultura.

Concretamente, o Norte Paranaense, durante as duas últimas décadas - 70 e 80 -, perdeu cerca de 15,4% da sua população, pois, segundo a Tabela 14 - 1ª Parte, em 1970, detinha 54,2% da população estadual, em 1980, 42,0%, e em 1991, 38,8%. Ao contrário, a região metropolitana de Curitiba conheceu um aumento de 12,2% no efetivo de sua população.

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO
QUADRO ESPACIAL DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO,
EM 1970, 1980 E 1991, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS
DO ESTADO.

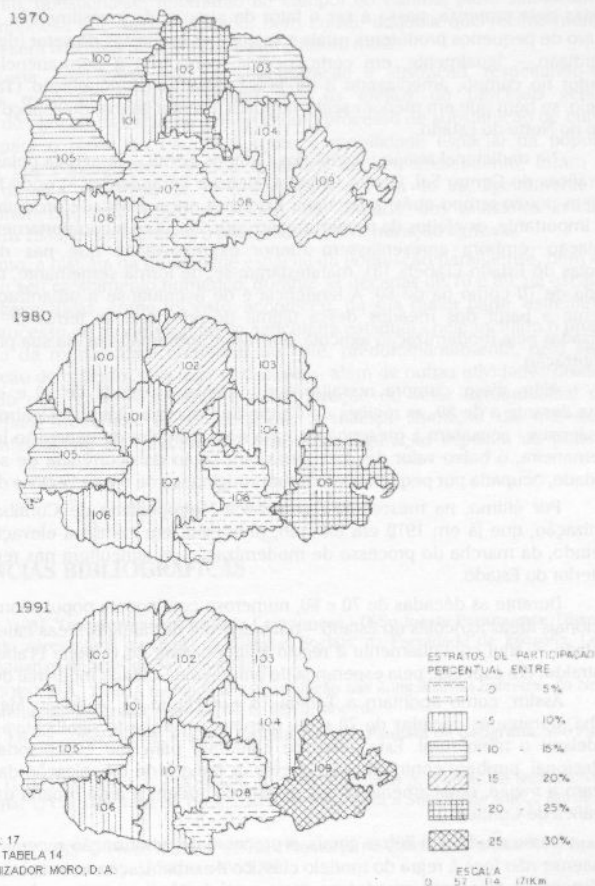


FIGURA 17
FONTE: TABELA 14
ORGANIZADOR: MORENO, D. A.

No Norte do Paraná, portanto, as consequências espaciais e verticais desses processos sobre o componente demográfico foram marcantes durante a década de setenta, muito embora se projetassem pela década seguinte de forma menos acelerada, em razão, notadamente, da retirada dos subsídios oficiais à agricultura – 1983 – freando a modernização.

No Oeste Paranaense, os efeitos da modernização agrícola sobre o componente demográfico revelaram-se mais expressivos na década de 80. Aí, o auge da modernização agrícola deu-se pouco mais tarde que o Norte do Estado, visto que, durante a década de 70, a região ainda passava pela concretização de sua ocupação.

No Sudoeste Paranaense, da mesma forma, o êxodo rural e a urbanização alcançaram maior expressividade na década de 80. No entanto, aí estão presentes dois aspectos que concorreram a uma relativa estabilidade do conjunto da população (Tabela 13). Primeiro, a presença de um relevo ligeiramente movimentado, em boa parte da região, inibindo a mecanização agrícola, limitando a concentração fundiária. Segundo, a introdução de um novo padrão de desenvolvimento agroindustrial – produção integrada agricultura-indústria, em que o potencial da agricultura em responder as condições exigidas pela empresa, passa a ser o fator de atração de investimentos – entre grande número de pequenos produtores rurais e as grandes empresas do setor frigorífico – SADI e Perdigão –, igualmente, em certa medida, concorreu à permanência do pequeno produtor no campo, amenizando a dinâmica espacial da população (Tabela 13). Este modelo, se bem que em menor escala, também já vinha ganhando espaço tanto no Oeste como no Norte do Estado.

Na tradicional região pastoril dos Campos Gerais – integrada pelas mesorregiões geográficas do Centro Sul, Centro Oriental, Sudeste Paranaenses –, onde historicamente, até bem pouco tempo atrás, a pecuária extensiva era a atividade produtiva socialmente mais importante, os efeitos da modernização agrícola sobre o comportamento espacial da população, embora apresentassem menor expressividade que nas demais regiões agrícolas do Estado (Tabela 13), manifestaram-se, de forma semelhante, tanto durante a década de 70 como na de 80. A tendência é de acentuar-se a urbanização porque foi, somente a partir dos meados dessa última década, que as terras de campo foram valorizadas pela modernização agrícola, em razão, sobretudo, da sua potencialidade à mecanização.

Além disso, cumpre ressaltar que, durante a década de 70 e de forma mais amena durante a de 80, as regiões do Centro Sul - Centro Oriental, Centro Sul e Sudeste Paranaenses - acusaram a presença de uma nova fronteira de expansão interna, devido, sobretudo, o baixo valor de suas terras, em razão da ocorrência de solos de pouca fertilidade, ocupada por pequenos produtores originários de outras regiões do Estado.

Por último, na mesorregião geográfica Metropolitana de Curitiba, o índice de urbanização, que já em 1970 era elevado, prossegue em contínua elevação, decorrente sobretudo, da marcha do processo de modernização da agricultura nas regiões agrícolas do interior do Estado.

Durante as décadas de 70 e 80, numeroso contingente populacional oriundo das tradicionais áreas agrícolas do Estado – notadamente das antigas áreas cafeeiras do Norte do Estado –, afluí continuamente à região Metropolitana de Curitiba (Tabela 15 e Figura 11), atraído, em especial, pela esperança de emprego na Cidade Industrial de Curitiba.

Assim, como apontam a Tabela 15 e a Figura 11, a região Metropolitana de Curitiba, durante as décadas de 70 e 80, drenou para si parte significativa da população que deixou o meio rural. Esta, além de contribuir para seu excepcional crescimento populacional, também contribuiu para elevar os índices de urbanização das cidades que integram a região, notadamente daquelas que compõem a rede urbana da microrregião geográfica de Curitiba.

Desse modo, em linhas gerais, o processo de urbanização recente da população paranaense não foge à regra do modelo clássico de urbanização anormal –, isto é, o ritmo do número de empregos gerados no meio rural é inferior ao ritmo de crescimento da população (VISENTINI, p. 87). No caso do Estado do Paraná, agravado, profundamente, pela eliminação de grande número de empregos, notadamente no Norte do Estado, em razão sobretudo, da erradicação da cafeicultura, que não mais se constitui na principal atividade produtiva dominante na paisagem regional.

No entanto, deve-se considerar que o aumento da participação relativa da população urbana deve-se, em grande parte, a expressiva emigração para fora do Estado - estimada em 1,3 milhão de pessoas na década de 70 e cerca de 967 mil na de 80 (ROLIM, 57, 76) - oriundas basicamente do meio rural, notadamente das tradicionais áreas cafeeiras do Estado.

Atualmente, neste final de século (1997), diante da profunda redução verificada com as áreas ocupadas pela cafeicultura - cerca de 140.000 ha cultivados em 1995 - e pela cotonicultura - cerca de 60.000 ha em 1996 (I.B.G.E.²¹) - o governo estadual, tardiamente aciona uma política incentivando a ampliação dessas culturas, objetivando o aumento da geração de empregos no campo. No caso da cafeicultura, pelo menos, o aumento da sua população por meio da técnica de cultivo adensado.

Portanto, questiona-se: retornarão ao campo, no Paraná, parte significativa da população camponesa que saiu do Estado, bem como, daquela que recentemente se urbanizou? Não será isto uma utopia? A resposta o futuro trará.

Em suma, com certo grau de generalização e abstração, respeitando-se as especificidades regionais, pode-se afirmar que os efeitos do processo geral de modernização da agricultura estadual - aí incluído o processo de substituição de culturas, notadamente para o Norte do Paraná - sobre a mobilidade espacial da população paranaense e, por conseguinte, sobre a dinâmica do seu crescimento, foram mais contundentes durante a década de 70 e durante a década de 80, ligeiramente mais amenos. Seguramente, em razão, sobretudo, da retirada dos subsídios oficiais à agropecuária em 1983, desacelerando o processo de modernização agrícola.

Portanto, a história da mobilidade espacial da população paranaense, bem como da dinâmica do seu crescimento numérico, durante as décadas de 70 e 80, na escala das mesorregiões geográficas, como foi visto, aconteceu, na sua maior parte, estreitamente vinculada ao processo de modernização da agricultura estadual - nele incluído o processo de substituição da monocultura comercial do café, predominantemente, pelo sistema grícola de rotação de culturas, soja-trigo e pastagens, além de outras atividades produtivas - acompanhado pelo desenvolvimento e modernização do setor agroindustrial e dos setores industriais modernos. Nesse contexto, a maciça liberação da mão-de-obra vinculada à cafeicultura, foi fundamental à nova configuração espacial da população paranaense.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R., 1981. **Transformações na Vida Camponesa - O Sudoeste Paranaense**. Dissertação de mestrado apresentada ao Deptº de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Univ. de São Paulo, 274p.
- ALEGRE, M. e MORO, D.A., 1986. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, 04(1): 28-73, janeiro.
- ARAÚJO FILHO, J.R. de., 1956. O Café, Riqueza Paulista. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 23, 1-70.
- ASSUMPÇÃO, A.G. de., GALINA, L.A. e CONSONI, R., 1990. Mudanças no Padrão de Desenvolvimento Agroindustrial: O Caso do Norte do Paraná. **Rev. de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, 28/4: (133-142).
- BERNARDES, L.M.C., 1953. O Problema das "Frentes Pioneiras" no Estado do Paraná. **Rev. Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, nº 3, ano XV, 3-53.
- BERNARDES, N., 1952. A Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. **Rev. Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano XIV, nº 4, 53-77.
- BRASIL. - Instituto Brasileiro de Café (I.B.C.), 1964. **Relatório IBC/GERCA-1964**. Rio de Janeiro.
- BRASIL. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.), 1973. **Censo Demográfico do Paraná**, Rio de Janeiro. VIII Recenseamento Geral 1970. Série Regional, v. I, t. XIX, 805p.
- _____, 1975. Censo Agropecuário - Paraná. VIII - **Recenseamento Geral** - 1970, Série Regional, v. III, t. XIX, Rio de Janeiro, 629p.

²¹ Agência de Maringá.

- _____. 1979. Censo Agropecuário - Paraná. **Censos Econômicos de 1975**. Série Regional - v. I, t. 18, 2ª parte, Rio de Janeiro, 530p.
- _____. 1982. Censo Demográfico - Dados Distritais - Paraná. **IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980**, v. I, t. 3, nº 18, Rio de Janeiro, 415p.
- _____. 1983. Censo Agropecuário do Paraná. **IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980**, v. 2, t. 3, nº 20, 1ª parte, Rio de Janeiro, 517p.
- _____. 1983. Censo Agropecuário - Paraná. **IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980**, v. 2, t. 3, nº 20, 2ª parte, Rio de Janeiro, 608p.
- _____. 1990. Censo Agropecuário - Paraná. **Censos Econômicos de 1985**. Fichas Computadorizadas, Rio de Janeiro.
- _____. 1991. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 353p.
- CANCIAN, N.A., 1977. **Cafeicultura Paranaense (1900-1970): estudo de conjunturas**. Tese de doutoramento apresentada ao Deptº de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Univ. de São Paulo, 497p.
- C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Maringá, C.M.N.P., 295p.
- CODATO, E., 1981. **Colonização Agrícola - A Colônia Três Barras - 1932-1970**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Deptº de História da Univ. Federal do Paraná, 251p.
- DIAS, R.P., 1995. **Mobilidade espacial da população na macrorregião geográfica do Oeste Paranaense e no Domínio Paisagístico dos Campos Gerais**. Relatório final de projeto de pesquisa do Programa de Iniciação Científica - CNPq/UEM, DGE/UEM, 72p.
- FERREIRA, Y.N., 1985-1986. **Industrialização e urbanização do Paraná**. Geografia. Londrina, v. 3 - p. 113/128.
- HOLANDA, S.B. de., 1994. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 26ª ed., 158p.
- KAGEYAMA, A. (Coord.) *et al.*, 1987. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos industriais**. Campinas, UNICAMP, 121p.
- KOHLHEPP, G., 1991. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no Norte do Paraná (Brasil). **Rev. Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 53(2): 79-94, 1991.
- LOPES, A.Y.D.P., 1982. **A colonização do Norte Novo do Paraná**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 239p.
- MAACK, R., 1968. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba, BADEP e Universidade Federal do Paraná/Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, 350p.
- MENDES, C.M., 1988. **A terra urbana palmense no seu processo de (RE) construção**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Rio Claro, 188p.
- MONBEIG, P., 1984. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo, HUCITEC/POLIS, 393p.
- MORO, D.A., 1980. **Substituição de Culturas e Transformações na Organização do Espaço Rural do Município de Maringá**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Deptº de Geografia da Univ. de São Paulo, 167p.
- _____. 1992. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná**. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Rio Claro, 353p.
- MORO, V.G., 1995. **Modernização agrícola na microrregião dos Campos de Ponta Grossa - Período 1970-1985**. Monografia do Curso de Especialização em Economia Agroindustrial. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 54p.
- MÜLLER, N.L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 22, 55-95.
- PADIS, P.C., 1981. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo, HUCITEC, 235p.
- PARANÁ - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 1983. **Nova configuração espacial do Estado do Paraná**. Curitiba, Secretaria de Planejamento, 140p.
- _____. Secretaria de Abastecimento e Agricultura - SEAB. **Principais Programas da SEAB**. Curitiba, s.n.t.

